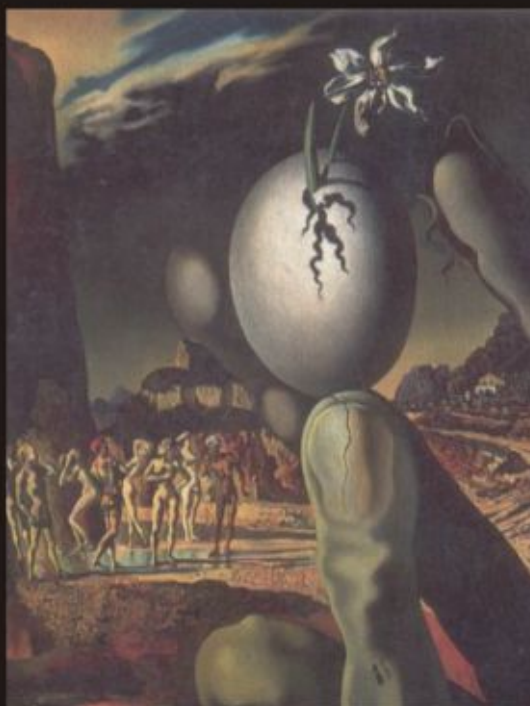


Renato Suttana



Póstumos

Escritos sobre literatura e cultura

Renato Suttana

Póstumos

escritos sobre literatura
e cultura

2003

A distribuição deste livro é gratuita e se destina ao uso privado. A obra escrita nele contida não poderá ser adulterada ou reproduzida, no todo ou em parte, para quaisquer fins que não o especificado, sem o prévio consentimento de seu autor. A violação dos direitos autorais é crime previsto em lei.

Capa de Renato Suttana sobre *O nascimento de Narciso*, de Salvador Dalí (detalhe).

e-mail para contato:
fantasmananoite@ig.com.br

ÍNDICE

CONTRA A LITERATURA (Escritos sobre literatura e outros)	5
ADVERTÊNCIA	6
CONTRA A LITERATURA	7
O MAIOR ESCRITOR DO MUNDO	11
A PERVERSIDADE DO LUGAR-COMUM	14
DA UTILIDADE DAS CITAÇÕES	20
O CRÍTICO MILITANTE	23
APRENDIZAGENS	26
PÁGINA DE UM DIÁRIO	27
POEMINHA PARA OS PURISTAS	28
IMHO	29
NUM CURSO PARA PADRINHOS	30
SOBRE LISTAS DE DISCUSSÃO (DA INTERNET)	31
PÓSTUMOS	32
UM MILAGRE DE SANTA LUZIA	35
SEGUNDA PÁGINA DE DIÁRIO	36
A DÁDIVA DO HOMEM DAS NEVES	37
EXCETO A ETERNIDADE	42
TERCEIRA PÁGINA DE DIÁRIO	43
UM SONETO	44
RESPOSTA A UMA AMIGA	45
NEGÓCIO	47
ESTÁTUAS DE SAL (Escritos contra a guerra)	48
NOTA INTRODUTÓRIA	49
POEMAS TIRADOS DE NOTÍCIAS DE JORNAL	50
ADIVINHA	54
O CASO DE UM MENINO	55
GENTIL PACIFISTA	56
COM UM ESTALO DE DEDOS	57
PESO BOMBA	58
O JORNALISTA	59
OS PRESIDENTES	60
AJUDA HUMANITÁRIA	62
AFORISMOS DA BOMBA	63
CHORANDO COM O OLHO ESQUERDO	65
SARABANDA DO DITADOR	66
O ESPANTALHO DO PRESIDENTE	67
AS VIRTUDES DE UM PRESIDENTE	68
CARTA AO REI DOS ESTADOS UNIDOS	70
ESTÁTUAS DE SAL	71

CONTRA A LITERATURA

(Escritos sobre literatura e outros)

ADVERTÊNCIA

Este livro reúne trabalhos produzidos nos quatro últimos anos. Exceto nos casos indicados (certas datas acompanham alguns escritos), tal faixa de tempo raramente foi excedida. Não tendo surgido de uma intenção precisa de constituírem volume, parte deles foi divulgada pela Internet, mormente em minha página particular. Os escritos sobre a guerra datam, em sua totalidade, dos dois meses que já decorreram dos recentes acontecimentos bélicos do Iraque. Escrevendo-os, não tive intuito de dar opinião que não fosse a de um cidadão comum, cuja idéia das coisas é muitas vezes decorrência do modo como lhe é oferecida pela imprensa ou como é recortada pelo ponto de vista daqueles que lhe são próximos. Ao enfeixá-los num livro – reunindo-os a outros cujo teor me dou a liberdade de chamar de *cultural* –, conto resgatá-los de algum modo e torná-los acessíveis a quem possa encontrar neles um interesse maior do que o que se encontra nas curiosidades ocasionais, produtos do ócio ou do diletantismo.

R. S., maio de 2003

CONTRA A LITERATURA

A *Revista do Provão* está aí, para divulgar, com toda pompa e circunstância (e com farto dispêndio de dinheiro, ao que tudo indica), um empreendimento governamental. E quem é que paga pela *Revista do Provão*, com suas cinquenta e oito páginas bem impressas, em papel de qualidade, cheias de ilustrações coloridas? O governo, certamente, logo o povo, se é que ainda vale a antiga equação: dinheiro do governo, logo dinheiro do povo. E lemos, à página 36 da edição 2001, o artigo do jornalista Luís Edgar de Andrade (“Quem tem medo do Provão?”), que se apresenta como gerente de programas jornalísticos da TVE: “Para trabalhar, diploma não basta. Quem se forma em Direito no Brasil, por melhor que seja a escola, pode fazer concurso para juiz, promotor ou procurador, só não pode advogar. Para advogar, precisa submeter-se ao exame da Ordem dos Advogados. Até hoje nenhum bacharel chiou, quero ver chiar”. Entende-se, pois, por que se publica a *Revista do Provão*: ela existe porque o provão existe. E, se o provão existe, é porque é bom. E, se é bom, deve ser alardeado. Tal como existe a venerável Ordem dos Advogados para garantir a qualidade dos serviços jurídicos, subentende-se que o provão exista para melhorar a qualidade daqueles serviços prestados por profissionais de outras áreas que não dispõem de uma “ordem” para fiscalizar suas ações.

Entretanto o artigo do jornalista termina deste modo: “Está aí uma idéia: criar o exame da ordem dos jornalistas, sob os auspícios de jornais, rádios e televisões, para separar na multidão dos diplomados quem está apto a ser aceito no mercado de trabalho. O resto é enfeite, literatura”. Tal raciocínio poderia ser aplicado às outras áreas e também aos cursos de Letras. O quê? Então se deveria criar uma ordem nacional dos estudiosos das Letras, para medir o que é que se sabe sobre a língua e a literatura e conceder uma carteirinha aos que se afigurarem aptos? Poderíamos muito bem conceber um tal expediente. Aplicaríamos uma prova e daríamos um diploma a quem provasse, por A mais B, que é um bom conhecedor, digamos, de literatura. Evidentemente é o que os cursos de Letras têm feito desde sempre – formar profissionais para ensinar o manejo da língua e a literatura, aplicando-lhes um diploma em que isso se acha documentado. Mas aqui se cai, na ótica do jornalista da TVE, numa curiosa contradição. Formar profissionais para ensinar literatura não é formar profissionais para ensinar muita coisa, já que literatura é “resto”, “enfeite”, “literatura”, portanto. E o pior de tudo é que o próprio governo, que paga para publicar artigos em que se diz isso da literatura, paga também para formar o profissional das Letras, que é o encarregado de estudar e ensinar a literatura nas escolas. Profissional do enfeite, supomos, e aqui voltamos ao ponto de partida. Mas há que acrescentar o seguinte: se o governo paga para buzinar o provão aos quatro cantos da terra, os próprios interessados (as universidades, que prestam os serviços que o provão mensura), não se mostram interessados em divulgá-lo. Há que recorrer ao erário. Queríamos ver o ministro publicar, com dinheiro de seu bolso, essa *Revista do Provão*; ou o jornalista Luís Edgar de Andrade pagar para publicar o seu artigo (como certos escritores pagam para publicar seus livros), na *Revista do Provão*, decantando, de um modo suspeito, as virtudes do mesmo e, por acréscimo, dizendo que literatura é enfeite. Provavelmente, se fossem obrigados a fazê-lo, teriam menos opiniões a emitir.

Mas o que o jornalista diz da literatura não constitui nenhuma novidade. Há muito que se suspeita – dentro e fora da academia – de que a literatura não passa de um jogo, mais ou menos incoseqüente, praticado por pessoas que se comprazem em estudar as artes do “bem dizer” e que não vêem nisso mais do que um inofensivo passatempo. Dizer alguém que é “professor” de literatura numa escola ou que se dedica à pesquisa da poesia é o mesmo que colocar-se imediatamente sob suspeita. Pensaremos dele que se trata, quando menos, de alguém que se encarrega de consumir o dinheiro público com o estudo de um assunto que, no final, redundará sempre em opinião, já que não se pode obter nessa área nenhum resultado mensurável na forma de números e de estatística (para não dizer de cifrões). Poesia não é “verso enfeitado”, como supôs uma das crianças do livro de Pedro Bloch? Ai daquele que, com seus projetos de estudar Camões ou Manuel Bandeira, tente concorrer às verbas que, por princípio, seriam mais bem empregadas com o estudo dos peixes ou da cultura do tomate. Existe mais urgência em pesquisar as causas materiais da tuberculose do que em saber por que é que os poetas românticos morriam jovens e tuberculosos. E, no entanto, continua-se a prestigiar os escritores, a conceder-lhes prêmios e honrarias. Entre as categorias do Nobel, por exemplo – que se dedica a premiar físicos, químicos, médicos e economistas –, há também uma que se dedica a laurear essa espécie, tendo premiado ao longo dos anos muitas pessoas que, durante toda a sua vida, nada mais fizeram do que escrever *poesia* – ou seja, do que praticar essa atividade obscura. Mas vá um pobre pedir uma verba pública para custear a publicação de um livro de poesias. No mínimo, o considerariam importuno. Incomoda pensar que as instituições – governo, empresas, universidades – em meio às suas absorventes preocupações, encontrem tempo e disposição (e verbas) para promover a poesia. Há coisas mais sérias a fazer, e a literatura (se a poesia ainda puder representar essa categoria) pode sempre ser deixada para mais tarde.

Lá vai pela rua o professor de poesia da universidade. O que ele ensina? Não estará distante o tempo em que uma pessoa se sentirá acanhada em admitir que dedicou o melhor de seus dias ao estudo da poesia e das palavras. Num escrito já antigo, que não podemos localizar no momento (e não nos venham acusar de imprecisão bibliográfica por causa disso), Osman Lins se queixava de que o interesse que antigamente se tinha pela literatura – entendida na forma da poesia ou da ficção – se estava transferindo aos poucos para a crítica literária (quando não se chegava mesmo ao extremo de preferir ler a crítica a ler qualquer literatura). Não que a crítica literária não fosse ela também literatura. Constatava-se esta situação. O leitor moderno, saturado de teorias e de “novas visões” do que seriam os livros, estava pouco a pouco descobrindo que conhecer a literatura era, antes de mais nada, conhecer a crítica da literatura. Não se sentia suficientemente seguro para apreciar sozinho um romance ou emitir, por sua própria conta, uma opinião sobre a poesia de Castro Alves ou de João Cabral de Melo Neto. Para emití-la, havia que recorrer ao saber especializado, à palavra de quem – acreditava-se – se achava em melhores condições de dizer o que é a poesia de Castro Alves ou o romance. O conhecimento da literatura migrava, assim, para pensarmos como Osman Lins, não só para a crítica mas, sobretudo (já que era aí que havia se encastelado), para o setor acadêmico. Encontrava-se mais segurança em conhecer o que fulano dissera acerca de um escritor do que em enfrentar sozinho a incômoda tarefa de se aplicar, num embate difícil e não raro frustrante, e descobrir, em primeira mão, o que fazia desse escritor um

escritor. Percebe-se o dilema. A literatura, incapaz de se sustentar sozinha, buscava uma espécie de apoio fora dela, que vinha, no momento, a ser oferecido pela academia. E o raciocínio que fundamentava essa migração (do interesse) era o de sempre, sem nenhuma originalidade. Afinal, que motivo teria alguém para duvidar de que a opinião do Grande Crítico A fosse melhor que a sua, a de um mero amador? Literatura – fora do estudo sério da literatura – não seria nada. E, fora do conhecimento teórico e técnico de seus mecanismos, não passaria de “beletrismo” – “enfeite” ou algo menos que isso.

E no entanto ela existe, apesar de tudo, e consome as nossas melhores energias. Poderíamos dizer que, no setor da crítica literária, essa reserva – essa precaução – contra a literatura produziu também seus efeitos. O primeiro deles é que não se quer mais saber de literatura nos ambientes acadêmicos, a não ser como tema para teorias, “análises” e congressos. Quem se disponha, hoje em dia, a percorrer as estantes das bibliotecas universitárias descobrirá um fenômeno: a proliferação das publicações acadêmicas que tratam de literatura – que estudam a literatura. Suspeitamos mesmo de que nunca se falou tanto de literatura (e se escreveu tanto a respeito) como nos nossos dias, em que pesem as objeções dos pessimistas que teimam em alegar que nosso tempo é tempo de pouca leitura. Mas e daí? Escreve-se sobre literatura como nunca antes se escreveu. Isso não constitui uma vantagem, um sinal de vitalidade? Esse diletante das bibliotecas descobrirá, porém, muito cedo o outro lado da questão. As revistas que tratam de literatura (e dos “fenômenos” da linguagem em geral), por mais numerosas que sejam, só acolhem em suas páginas o estudo da literatura – isto é, escritos que abordam a literatura, que dissecam suas entranhas ou que a tomam como objeto de autópsia. Excluem, portanto – elas que se dedicam a tal especialidade – tudo aquilo que, de certo modo, podendo ou não aparecer como literatura, poderia também interessá-las. Observa-se, por assim dizer, um acordo tácito, no ambiente dessas publicações, quanto a que tudo aquilo que se diz sobre a literatura e que não venha acompanhado de uma lista bibliográfica (formatada segundo os padrões da ABNT) não deva ser admitido no santuário. Como crianças importunas que se excluem dos cursos especializados em estudar as crianças, a literatura tem amplo acesso onde quer que ela queira ter acesso – exceto, porém, nas publicações em que se escreve a seu respeito. Ela é suportada contanto que não trate de se meter onde não é chamada, onde ela – bajulada e festejada como acontecimento ímpar do espírito – não faça a descortesia de aparecer pessoalmente.

Se o interesse pela literatura tende a migrar assim da literatura para o seu estudo, não espanta que também a linguagem, por seu turno, comece a migrar. Alguém poderia se deparar, folheando uma revista universitária, com um artigo sobre literatura cujo autor se proponha, “partindo do denominador comum do deslocamento espacial dos protagonistas” de três conhecidos romances, analisar o modo como, “a despeito das diferenças, a última das três narrativas reitera o destino determinado pela primeira”. Outro se depararia com a proposta de falar de um crítico “examinando a instrumentalização particular de alguns conceitos tradicionais, inserida na visão dialética entre literatura e sociedade e da literatura como sistema”. Possa lá um cristão entender o que isso quer dizer. Quem tivesse passado a vida a ler romances ou poesias se sentiria deprimido quando tropeçasse na necessidade de “observar os transbordamentos dos parâmetros grafados” nos contos de Borges ou nos romances de Graciliano Ramos. Acabaria

concluindo, numa hipótese ruim, que o que leu e conheceu a vida inteira não seja literatura, ou que talvez tenha lido e conhecido outra coisa. As palavras, na ânsia de estabelecerem o estatuto de um saber em que muita gente – iniciados e leigos – tem o direito de pôr a mão, se entrincheiram na dificuldade e nos arresesamentos técnicos. Quem *sabe* literatura (é o pressuposto) haverá de entender o que se quis dizer. Por outros termos, usar uma linguagem rara, difícil, muitas vezes pedante (não entraremos no mérito desses estudos) é um modo de não ser literário, de não ser “poético” ao tratar de literatura. É, enfim, um modo de fugir à literatura quando se fala ou se escreve a seu respeito.

Voltamos ao ponto em que nos deixou o artigo do jornalista? Com toda a certeza voltamos, até porque não há para onde fugir. O que ele diz – e o diz em âmbito nacional, numa publicação custeada pelo Ministério da Educação – apenas reitera um lugar-comum que, velada ou declaradamente, sempre freqüentou a opinião popular acerca da literatura. A poesia é algo de incerto, duvidoso, a que não se pode conceder senão um crédito relativo, por mais que insista em assombrar nossos pensamentos. Tem ela acompanhado, sublinhado, exaltado ou vituperado as aventuras do espírito ao longo das eras? Num de seus livros, Erich Auerbach nos informa de que Dante, para os seus contemporâneos, não era senão um filósofo, excluída a possibilidade de que viesse a ser tomado como poeta. Diz-se também de Hegel que este teria comentado, falando de Aristóteles, que o fato de o filósofo ter sido o mestre de Alexandre representava um forte argumento contra aqueles que duvidam da eficácia prática da filosofia. Que diríamos se o preceptor de Alexandre o Grande tivesse sido um poeta? Tal detalhe, provavelmente, não o teria impedido de fundar um império. Mas, no fundo, não podemos alijar uma suspeita em contrário. No fundo, não podemos deixar de pensar que, tivesse sido outro o preceptor de Alexandre – e tivesse sido ele um poeta ou um contador de histórias –, e então o mapa do mundo não teria tomado as feições que tomou naquele tempo, nem o império se teria constituído.

O MAIOR ESCRITOR DO MUNDO

Os grandes escritores... não tenho que sair por aí lidando com adjetivos. Primeiro você tem que morrer, e, quando você está morto, daí eles o classificam. A primeira coisa que você tem que estar é morto. (L.-F. Céline, numa entrevista)

Todo mundo já deve ter lido alguma vez a palavra de algum entusiasta bradando que fulano ou sicrano é um dos maiores (senão o maior) escritor do século, que Kafka é o maior escritor tcheco (não obstante só tenha escrito em alemão) e que Shakespeare supera todos os ingleses. Tendemos a ficar inertes diante de afirmações tão peremptórias, até porque, insuficientemente lidos ou pouco dispostos a ler todos os livros do mundo, não poderíamos contestá-las com argumentos empíricos, que mostrassem com a precisão da matemática as reais dimensões dos gênios invocados. Quando muito, nos aventurariamos a uma breve polêmica, sob o risco de parecermos obtusos, declarando que fulano ou sicrano nos enfada e que, enquanto não se tenham lido todos os livros, não se pode comprovar a veracidade de qualquer afirmação. Na maioria dos casos, porém, portamo-nos como bons cidadãos que, mais ou menos convencidos das virtudes salutares da cultura, não vêem mal nenhum em adotar como norma de pensamento os lugares-comuns que, se perquiridos a fundo, pouco nos teriam a revelar além do fato de serem lugares-comuns. E seguimos em frente, seguros de que, onde falta o critério da verdade, existe, pelo menos, o consenso, que vale como um tipo especial de verdade. Afinal, se os escritores existem, que desserviço se lhes pode prestar na emissão de tais juízos?

As coisas se complicam apenas no momento em que, dobrado o jornal ou a revista, nos vemos na incômoda contingência – caso o consideremos indispensável – de aquilatar por nós mesmos o real tamanho desses autores. Sentimo-nos constrangidos, sobretudo, porque nem sempre se encontra à nossa disposição uma folha branca onde possamos imprimir uma opinião. Guardamo-la para nosso consumo próprio, armazenando-a num recesso do pensamento. Mas sentimos que, no fundo, o que se guarda em pensamento é menor e menos precioso do que o que se imprime ou se alardeia. Suspeitamos mesmo de que toda grandeza que não se escreve no papel não seja uma grandeza verdadeira ou seja uma grandeza diminuída. De certo modo, temendo defraudar a verdade, julgamos que a verdade seja coisa que, para existir, precisa estar impressa em papel, até para que não saia a esvoaçar ao primeiro golpe do vento. O critério da grandeza se torna, então, o critério escrito da grandeza. Ou talvez se fundamente no acordo tácito dos conhecedores que nele de alguma forma apostaram sua autoridade. Assim, pouco nos surpreenderemos ao encontrar, vez ou outra, impressa em papel de boa ou má qualidade, a declaração de que alguém escreveu (com a concessão de um *talvez*) o melhor romance da década ou do século, para não dizer o melhor de todos os romances. Ficamos, no mínimo, satisfeitos com o “tom”, por mais que na obscuridade de nossa desconfiança alguma coisa nos alerte, clamando para o perigo das hipérboles. Seja como for, é como se o absoluto fosse, sempre, mais estimulante do que o relativo, que não nos estimula de modo algum.

Isso advém, supomos, do fato de que, quando lemos as obras dos grandes escritores, a impressão que temos é de que elas são *realmente* grandes. Faltanos não tanto o ponto de apoio para nos firmarmos e aquilatarmos a grandeza,

quanto o ponto de apoio contrário, aquele que poderia pôr em dúvida a impressão. Seja para que lado nos voltemos, buscando as causas para essa impressão, só o que deparmos são qualidades. Neste escritor, descobrimos um dom de fabular, de inventar enredos que transforma suas histórias numa corrente ininterrupta de surpresas. Naquele outro, constatamos uma finura de expressão, uma delicadeza de palavras a que, por menos que o queiramos, não podemos senão nos render. Num terceiro, descobrimos uma profundidade de pensamentos, uma amplitude de horizontes de que, não as estivéssemos observando pessoalmente, não julgaríamos capaz nenhum outro ser humano. São todos grandes escritores e satisfazem plenamente nossas expectativas. Curvamo-nos a eles, deixamo-nos seduzir pelo dom do encantamento que essas palavras comportam, como se por um canto mais mavioso do que o da mais maviosa das sereias. Ali mesmo onde poderíamos duvidar – onde despontaria a incômoda certeza de que, quaisquer que fossem os limites dessas maravilhas, eles teriam de confinar com os nossos próprios limites –, surge em nós uma nostalgia do incerto, uma vontade de ceder que, quando menos, alivia o peso da perplexidade. O que não está lá – surpreendemo-nos a pensar – é porque não o pudemos perceber. Mas estará lá, com certeza, e mais tarde, quando dermos outra olhada, se revelará plenamente, como um mistério que de repente se soluciona perante nossos olhos maravilhados.

Mesmo que nos insurgíssemos, mesmo que, por um capricho de teimosia, brotasse em nós uma ânsia de contestação, quem se atreveria a se opor ao consenso? Dificilmente alguém ousaria contrapor à opinião comum de que A ou B são gigantes a opinião de que A ou B foram olhados de muito longe ou muito depressa. No mundo das letras (caso ele exista como existe, digamos, o país das maravilhas), a impressão que fica é a impressão que se tem. Ou, antes, a impressão que fica é a simples impressão, destituída de todo acessório. Ela é tão persistente, tão duradoura quanto a segurança com que alguém pode afirmar que a chuva está caindo e que, a propósito, este é o melhor livro de poesias que já se escreveu. Por que não o afirmaria? Vivemos, aqui como em tudo, da impressão que tiramos dos fatos, sejam eles concretudes ou abstrações. Sem isso, não poderíamos dar um passo nem poderíamos conceber qualquer empreendimento. É porque acreditamos naquilo em que acreditamos que nos reconhecemos como o que somos. Por vermos em nós algum sinal de continuidade (produzida pela intensidade com que uma impressão ainda se manifesta) é que nos reconhecemos como nós mesmos, nos reencontramos em nós mesmos e reencontramos aquilo que faz de nós o que somos. A afirmação: eu sou o que acredita no que acabou de dizer (e de pensar) não é senão um outro modo de resumir essa verdade.

Somos, então, assombrados pelas impressões da grandeza? Os grandes escritores podem ser definidos como o equivalente exterior dessas impressões. Por outros termos, poderíamos dizer: eles são o *assombro*, o fantasma que nos persegue e de que, de tanto nos perseguir, já nos fizemos familiares. Quem se atreveria, senão porque crê no que crê e no valor daquilo em que crê, a fazer uma única citação, uma única menção a um autor importante fora da convicção de que se trata de fato de um autor importante? Movemo-nos num labirinto. Vamos às compras e entramos nas livrarias. Participamos de eventos e homenageamos os escritores, porque estamos certos da justiça de homenageá-los. Empreendemos estudos, escrevemos teses e levamos a público nossas conclusões. As

universidades promovem congressos: que pensarão as épocas futuras sobre nossa época e sobre o fato de que realizamos congressos para debater as obras dos escritores? Não as compreendemos adequadamente? A menos que um inimaginável incêndio, de proporções universais, nos socorra, privando-nos do fardo das bibliotecas, pode ser que as gerações futuras tenham muito mais com que se preocupar (se vierem, é claro, a se preocupar). Terão como herança tudo aquilo que produzimos, todo um volume de saber que – aproveitável ou não – acumulamos no simples esforço de responder à questão do que faz grandes os grandes escritores. Terão paciência, disporão de tempo e de forças? Ou deixarão o assunto para depois? Caso tenham elas mesmas que se haver com os seus próprios assombros, pode ser que prefiram negligenciar. Ou pode ser que, assoberbadas, não encontrem disposição para se dedicar à pesquisa de nossa época – a qual, por sua vez, não foi capaz de se decifrar.

Mas o que acontece, enfim, quando lemos um livro sob a impressão de que foi escrito por um grande escritor? A sensação é semelhante, sem dúvida, à sensação que temos quando nos encontramos diante de um quadro pintado por um pintor que sabemos grande. Intimamente, não poderemos impedir aquela voz de sussurrar: eis um grande pintor, estou diante do quadro de um grande pintor. Pode ser que, descontente, nosso gosto (se cultivarmos algum) se escandalize ou que nossa compreensão se sinta lograda, mas e daí? As perdas serão compensadas naquela espécie de prazer a que alguns chamam de prazer de instruir-se. É, se não estamos em erro, também aquilo que leva tanta gente aos museus: o prazer de instruir-se visitando museus – a compreensão vindo depois. No campo das letras, seria mais ou menos o que um crítico famoso chamou de o “prazer” da leitura – acrescido apenas de uma categoria nova: o prazer de ler um grande escritor (desde que só os grandes valem a pena). E o mais? E quando, apesar da boa vontade, insistimos em suspeitar de que o livro que lemos não tem, em si, a menor grandeza, que não se trata senão de um livro mínimo, indigno de um grande escritor, ou uma cópia empalidecida do que deveria ser o livro de um grande escritor? Nesse caso, duas alternativas se nos abrem: ou recorreremos a algum crítico, para que nos esclareça quanto ao impasse – e confirme a ausência de grandeza ou a justifique por algum critério – ou abandonaremos a coisa. A optarmos pela segunda, teremos de arcar com uma conseqüência. Carregaremos para o resto da vida o peso de uma incredulidade – o pensamento de que, em toda grandeza, pode inserir-se, de modo sub-reptício mas fatal, um grão indesejável de pequenez.

De uma coisa, contudo, não poderemos escapar, pois nos parecerá verdadeira, praticamente incontestável: é que, entre os maiores escritores, se incluirão, sempre, aqueles que nós admiramos.

A PERVERSIDADE DO LUGAR-COMUM

Podem as frases feitas – clichês e lugares-comuns – conter pensamentos? Quem nunca sentiu a tentação de escrever, numa prova de redação de vestibular, que “os políticos são corruptos” ou que, num concerto geral de quiméricas ações para construirmos um “mundo melhor”, eles “não fazem a sua parte”? Em *Bouvard e Pécuchet* – livro que se poderia considerar como um acerto de contas com o entusiasmo científico e tecnológico do século XIX –, o romancista Flaubert inseriu, em forma de apêndice, um extenso glossário de frases feitas e lugares-comuns, no qual tentou exorcizar, com um vigor admirável, os ridículos e a inoperância do pensamento que, sob as falácias da aparência, esconde o fato de que se recusa a pensar. Mas a tarefa teria sido excessiva até mesmo para Flaubert, uma vez que não só o romance permaneceu inacabado (depois de ter consumido alguns anos de árduo trabalho), como o glossário, estando em aberto, pareceria interminável. Os lugares-comuns, por outro lado, não seriam o forte dos cavalheiros Bouvard e Pécuchet – dois sujeitos bastante compenetrados, interessados mesmo em respeitar, com o máximo rigor, as prescrições dos manuais da ciência em que fundaram sua sabedoria. Quem tiver interesse de conhecer os descaminhos dessa aventura poderá ler o romance. Quanto a nós, imaginamos apenas que alguma coisa sempre acontece quando ao rigor e aos empreendimentos científicos não se aplica aquele algo mais (alguns o chamariam de bom senso) que lhes dá o seu verdadeiro sentido, impedindo-os de converter-se em puro diletantismo. Esse algo mais é que transforma o pensamento da aparência em pensamento da coisa e que, no campo da escrita, torna possível que o convertamos em palavras.

Porém o que mais assusta nos lugares-comuns é que eles sempre nos parecem evidentes, de certo modo axiomáticos, em relação àquilo que nos querem mostrar. Ninguém negaria, por exemplo (a não ser por ingenuidade), a suspeita de que *existe* corrupção em política ou de que grande parte das mazelas que afligem a população poderiam ser amenizadas com um melhor aproveitamento das verbas públicas. Quantos cidadãos, no entanto, já tiveram a oportunidade de desmascarar, por sua própria iniciativa, alguma falcatura política, ou quantos tiveram em suas mãos documentos que comprovassem um ato verídico de corrupção? Alguém argumentaria que não são necessárias provas concretas, uma vez que, supondo-se que o governo tenha dinheiro para aplicar em obras públicas, o que se vê por aí não é nenhuma prova de boa aplicação desse dinheiro. Não entraremos no mérito dessas questões. Pensaremos, antes, que, se isso parece incontestável (que *há* corrupção em política), nada seria mais justo do que começarmos por esses pontos. Mas, aqui, há que admitir que o pensamento, tomando qualquer forma, se recusa a se reduzir a uma pura constatação de evidências. Pode-se dizer mesmo que, mais do que uma constatação, o pensamento é, de certo modo, uma nomeação (ou equivalente) das coisas, e que pensar é, em grande parte, dar nomes precisos a essas coisas, e tanto mais precisos quanto mais preciso for o pensamento que nomeia. Assim, se nos contentamos em dizer que “os políticos são corruptos” ou que “não fazem a sua parte”, não estamos precisando nada, muito porque se sabe que também não são *todos* os políticos que deixam de fazer a sua parte (pois há os bons trabalhadores). Ora, já estamos a imaginar as lucubrações do candidato a

escritor: “Então, não direi que os políticos são *todos* corruptos, mas, apenas, que *nem todos* os políticos são corruptos, pois que, entre os que não são corruptos, é de supor que existam os bons e os maus trabalhadores”, e assim por diante. E aí se entraria por uma sucessão sem fim de concessões, de matizamentos que poderiam, num extremo, ameaçar a própria possibilidade de dizer – isto é, de dizer o que quer que fosse sem o acréscimo de adendos e ressalvas. Isso seria o rigor, supõe-se, mas inviabilizaria pensar. Para evitá-lo, teríamos de supor também que o pensamento seja alguma coisa a mais do que a repetição dos lugares-comuns ou do que o matizamento dessa repetição, e que escrever – se se entende escrever como uma transposição de pensamentos em palavras – exige esforços que ultrapassam a simples evitação dos preconceitos (não chegando, porém, aos extremos de rigor de um Policarpo Quaresma – o equivalente brasileiro de Bouvard e Pécuchet –, que o paralisariam igualmente).

Seja como for, quem se submete ao exame vestibular encontrará pela frente a idéia de que deve escrever sobre um tema qualquer e de que esse tema precisa ser tratado com alguma habilidade – com mais habilidade, pelo menos, do que a que exige de nós uma alcoólica conversa com amigos em torno à mesa de um bar. Quanto a isso – assim como acontece na política, que se pode dizer é feita pelos bons e maus trabalhadores –, há também os bons e os maus escritores, aqueles que sabem do que se trata e aqueles que vieram tentar a sorte (sendo que os bons escritores são, ao que tudo indica, tão raros quanto os diamantes). Tomemos, neste ponto, o tema da prova de redação do vestibular de primavera 2002 da UNICENTRO e vejamos o que é possível fazer. Primeiramente, o candidato se depara com um pequeno texto (provavelmente o excerto de um escrito mais longo), assinado por Dom Luciano Mendes de Almeida:

Quem tem pátria, família, casa e trabalho dificilmente pode perceber o sofrimento dos migrantes e, mais ainda, dos refugiados. Muitos temos um sistema de vida que oferece condições de segurança, garantindo-nos direitos e abrindo horizontes de desenvolvimento.

No entanto, cresce, no mundo, a multidão dos que são obrigados a deixar sua região de origem. Escapam da seca, das calamidades, das guerras, dos conflitos culturais e das perseguições políticas. Quase sempre partem em busca de trabalho.

A proposta de tema vem a seguir, entendendo-se, pois, que esteja diretamente conectada ao trecho citado: “Com base na leitura do fragmento acima, nos conhecimentos adquiridos e nas reflexões feitas ao longo de sua experiência de vida, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema: *Mais trabalhadores, menos excluídos sociais*”. Podemos tratá-la de modo conveniente? A primeiro impulso é de abandonar tudo e desistir da prova, já que, em sua concisão proverbial, o trecho de Dom Luciano parece ter esgotado tudo o que tínhamos a dizer sobre o assunto. Mas tentaremos assim mesmo; faremos “a nossa parte”, nem que seja para parafrasear (risco de que não estaremos isentos) o pensamento de outrem. Muitos dos que se submeteram a essa prova, no mês de setembro, terão sofrido, como primeira iluminação, a tentação de se fazerem a seguinte pergunta: quem são os excluídos? – à qual se seguiria a resposta: os pobres, com certeza, arrolando-se entre eles os migrantes e os refugiados, como

sugere Dom Luciano. A pergunta seguinte seria: e o que fazer com esses excluídos? Uma resposta possível seria imaginar uma situação invertida, em que os excluídos se transformassem em incluídos, seja lá o que isso queira dizer. Entretanto devemos suspeitar que, estando ao nosso redor quarenta ou cinquenta pessoas, algumas poderiam conceber as mesmas idéias, e o que faremos quanto a isso? Para mantermos o sangue frio, evitaremos pensar em tal catástrofe. Tentaremos nos convencer de que nossos pensamentos sejam os únicos ou de que haja um modo justo de pensar tais questões, competindo-nos apenas conceber pensamentos justos e aceitáveis. Que sabemos nós a respeito de cinco mil cabeças pensantes? Como não é nosso interesse seguir o fluxo dos pensamentos de um candidato, contentamo-nos em imitar Flaubert, arrolando abaixo um glossário de idéias possíveis que nosso candidato a escritor (caso esteja incluído entre o contingente de cabeças pensantes) poderia ter empregado em seu esforço de escrever sobre o tema. O glossário inclui, evidentemente, a idéia de que os governantes são omissos e de que os migrantes são vítimas de preconceitos, desde que a proposta básica é pensar que sejam eles pessoas que, fugindo de situações de miséria, acabam se metendo em situações de miséria maior – uma constante assustadora, que se nota na leitura (a que tivemos acesso) de muitos desses escritos produzidos no vestibular de primavera 2002 da UNICENTRO. Vejamos a lista:

PEQUENO GLOSSÁRIO PARA O TRATAMENTO DO TEMA

Tema: *Mais trabalhadores, menos excluídos sociais.*

- Análise* – deve ser crítica e realista; devemos fazer uma;
- Busca* – de uma vida melhor; de melhores condições de vida; de um futuro melhor; de uma vida mais digna;
- Cidade* – as pessoas saem de sua cidade natal para tentar a sorte na cidade grande; as cidades grandes são o Rio de Janeiro e São Paulo;
- Compromissos* – assumi-los; os governantes não assumem os seus;
- Emprego* – está a cada dia mais difícil; todos querem um bom emprego;
- Empresas* – trocam seus funcionários por máquinas;
- Excluídos* – são seres humanos como todos nós; tendem a morar em favelas ou debaixo de pontes;
- Expectativas* – de melhores condições; satisfazê-las; nunca satisfazê-las; de um futuro melhor;
- Família* – deve-se dar o melhor à família; quando se sai de um lugar, é para melhorar as condições de vida da família; sempre passa fome; sempre se deixa uma quando se vai embora; trabalhamos para sustentá-la; sofremos quando não podemos dar o melhor à família;
- Futuro* – promissor; os pais de família querem dar um futuro melhor a seus filhos; precisamos garanti-lo;
- Governantes* – não fazem a sua parte; não se preocupam com o povo;
- Lugar* – sempre ao sol; lutamos por um; todos buscam o seu; queremos um na sociedade;
- Migrantes* – decepcionam-se quando chegam a seus lugares de destino; tornam-se excluídos; migram do norte para o sul ou vão para os Estados Unidos;

Mundo – aquele em que vivemos; sempre queremos um melhor; o de hoje é muito conturbado; devemos lutar para que ele se torne mais humano; emprega-se a expressão “no mundo atual”;

Nordestinos – migram para outros estados e fogem da seca;

Objetivos – devemos alcançá-los;

Oportunidades – iguais; são para todos; é difícil encontrá-las;

Pobreza – aumenta a cada dia;

Preconceitos – devemos combatê-los; somos vítimas deles; os migrantes tornam-se vítimas de preconceitos;

Ser humano – todos somos seres humanos; todo ser humano tem direito a um bom emprego; não se preocupa com o próximo; é muito egoísta;

Sociedade – é muito injusta; dizemos: “se a sociedade fosse mais humana...”;

Sonho – de ter uma vida melhor;

Trabalhador – desvalorizado; não tem oportunidades; sai de sua terra natal em busca de melhores condições de vida.

As idéias estão aí, mas o que fazer com elas? O leitor que não tenha a prática da palavra escrita não terá, certamente, o costume de experimentar as angústias da folha branca – desse deserto estéril a ser fecundado com o suor de nossas lucubrações. Caso tenha freqüentado algum curso de redação, terá algum dia descoberto este fato: que é possível escrever empregando formatos preconcebidos de redação. E terá sabido que basta preencher esses formatos para se obter, se não um escrito em que se vazam reflexões efetivas, pelo menos um escrito em que o que se lê tem a aparência de reflexões. Como ponto de partida, o próprio glossário nos sugere uma estratégia: o item “análise” poderia muito bem nos conduzir à intenção de fazer uma “análise” do assunto. Então, o resto seriam os desdobramentos da análise, o arrolamento de seus aspectos mais ou menos relevantes. Afastemos, no início (o que poderia funcionar como um elemento de inibição), somente, a suspeita de que, aqui, não estejamos exatamente pensando, mas de algum modo imaginando a possibilidade de que o formato do escrito pode anteceder o pensamento que o sustenta. Afinal, de que pensamento dispomos para que o possamos usar como sustentação do que quer que seja? Alguma vez na vida nos ocorreu refletir sobre a situação dos migrantes ou sobre o volume de pobreza geral que cresce a cada dia nas diversas sociedades e que, porque somos otimistas, supomos que um dia alguém virá para mitigar? Daremos a nossa própria opinião, num escrito que intitularemos de “Em busca de uma vida melhor”. Quem tiver concorrido ao exame vestibular da UNICENTRO, em setembro de 2002, poderá aferir se o que escreveu se aproxima do que segue abaixo. Poderá, sobretudo, refletir acerca do que escreveu:

EM BUSCA DE UMA VIDA MELHOR

A questão da exclusão social dos menos favorecidos – entre eles migrantes e refugiados – merece uma análise crítica e realista. Se, de um lado, as pessoas são obrigadas a saírem de sua terra natal, deixando casa e família, para tentarem a sorte na cidade grande, do outro estão sujeitas à

decepção de, chegando lá, descobrirem uma realidade bem diferente daquela com que sonharam quando partiram.

É inegável o fato de que, seduzidos pelo sonho de um futuro promissor e de um bom emprego, e pela expectativa de darem o melhor à família, muitos trabalhadores descem todos os dias do Norte em direção ao Sul, em busca de melhores condições de vida. Mas isso nem sempre dá certo. Destituídos de riqueza, donos apenas de sua força de trabalho, eles não alcançam seus objetivos, pois se vêem aos poucos reduzidos à situação de miséria e marginalidade, que cresce assustadoramente no mundo atual.

Não se pode esquecer que, cada vez mais, cidades grandes como o Rio de Janeiro e São Paulo se mostram incapazes de absorver a mão-de-obra excedente. Por que isso acontece? As oportunidades deveriam ser iguais para todos, mas os que chegam não estão preparados para competir no mercado de trabalho. Em função da tecnologia, as empresas tendem a trocar seus funcionários por máquinas, desvalorizando os trabalhadores e forçando-os a se refugiarem em favelas ou a morarem debaixo de pontes, quando não a recorrerem ao crime. Na maioria das vezes, os migrantes se tornam vítimas de preconceitos, como é o caso dos negros.

Antes que, paulatinamente, a situação se torne incontrolável, é necessário um conjunto de ações envolvendo todos os setores da sociedade, com vistas a resolver esse problema. O primeiro passo seria a conscientização de nossos governantes para que, parando de pensar só em si mesmos, fizessem a sua parte e se preocupassem mais com o povo. Outra solução seria que todos nós, combatendo nossos preconceitos, víssemos os excluídos como seres humanos iguais a nós e, como nós, interessados na construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

Nosso escrito tem, como se pode ver, como ponto de partida as “idéias” contidas no glossário, “amarradas” entre si por um formato que a muitos parecerá familiar. Os pontos em que a coisa não soa adequada podem ser atribuídos à nossa inabilidade para lidar com o formato. Entretanto, o aspecto geral é bastante convincente e, não obstante “colado” do glossário, poderia passar por um escrito original.

O leitor poderia argumentar que esse escrito, na forma como aparece, seria reprovado pelos avaliadores, uma vez que ultrapassaria o limite de vinte e duas linhas imposto pelo manual. Nada, no entanto, nos proíbe de suspeitar que, com uma caligrafia miúda, pudéssemos apresentá-lo, fazendo com que fosse aceito como resposta escrita da prova. Quanto ao formato, não existem novidades. Trata-se, como se vê, de um mero esforço para enquadrar, em molduras de parágrafos sustentadas por expressões como “merece uma análise”, “se de um lado (...), de outro”, “é inegável que” ou “não se pode esquecer que”, extraídas de textos escritos por candidatos ao vestibular, as idéias contidas no glossário. Nossa reflexão sobre a miséria e a exclusão social assume ares de uma reflexão relevante? Imaginamos que sim, embora dificilmente se possa admitir que a simples intenção de considerarmos os excluídos “como seres humanos iguais a nós” ou que sonhemos com uma sociedade “mais humana e mais justa” (ressalvada uma certa ironia) surjam como soluções satisfatórias para o problema da miséria. Igualmente, podemos desconfiar de nossa capacidade para

“conscientizar” os governantes a respeito do que, como nós, eles conhecerão também, mais ou menos profundamente. Embora essas propostas possam servir como pano de fundo para ações efetivas de combate à miséria, elas não passam disso. A ouvidos atentos, soarão, apenas, como vagas demonstrações de inquietude humanística –inquietude que, nunca passando desse ponto, não teria força (como não parece ter tido até hoje) para nos mover à ação ou para se constituir como réplica adequada à convocação de Dom Luciano Mendes de Almeida.

O exemplo serve para mostrar que grande parte daquilo que se quer fazer passar por pensamento não é, na verdade, nada mais que a repetição de lugares-comuns e de fórmulas prontas. Seja qual for a resposta que se dê à pergunta com que iniciamos este artigo, a suspeita é, sempre, de que todo pensamento que não se funda numa imagem adequada das coisas e, no âmbito das palavras, toda escrita que se quer libertar do pensamento para se constituir sozinha, antecipadamente ao ato de observar as coisas como elas são, é uma escrita sobre nada, que se reverte sobre si mesma e sobre seus vazios. E aqui se justifica, mais uma vez, o empreendimento de Flaubert, quando elaborou o dicionário das idéias prontas: elas servem para fundamentar muitas coisas, exceto um pensamento que se procure nas coisas; na maioria das vezes, apenas encobrem a própria ausência do pensamento. E para que mais elas serviriam senão para isso? Neste ponto, o candidato a escritor ainda poderia argüir que, pelo menos, se tantos repetem uma mesma idéia, é porque ela contém um *fundo* de verdade. Aprofundando-se mais, contudo, ele descobrirá o outro lado da questão. Ele descobrirá que, a não ser que tenhamos perdido toda perspicácia, as idéias prontas refletem um estado de coisas. Por outros termos, ele descobrirá que, no frágil universo das palavras escritas, elas servem, freqüentemente, apenas para se dizer que se está fingindo exprimir pensamentos quando não se tem, no fundo, nenhum pensamento a exprimir.

24-9-2001

DA UTILIDADE DAS CITAÇÕES

Um conselho que se deveria dar a todo jovem escritor – ou, pelo menos, a todo escritor iniciante – é que, esforçando-se por dominar sua arte, aprendesse também a dominar a arte das citações. Quando menos, desfrutaria da vantagem de que, nada aprendendo da primeira, estaria se exercitando na segunda, que muito bem poderia substituir aquela outra. Principalmente – em se tratando de iniciantes – o exercício de citar valeria como uma prova (talvez equívoca, mas nem por isso menos eficaz) de que possui habilidades. Mas isso não seria tudo com respeito às citações, pois não se trata, neste ramo, de apenas exibir habilidade ou destreza. Numa época de anonimato, como é a nossa (ou, antes: numa época de anonimato geral), em que a poucos é dado o luxo de desfrutar de uma personalidade, deve-se partir do princípio de que o público, ignorando quem seja o escritor e, sobretudo, ignorando suas intenções, fará dele a pior idéia. O uso das citações teria, então, o sentido de convencer esses leitores de que, da vaga noite de onde emerge o escritor para lhes impingir o seu rosto, ele domina, pelo menos, um tipo de saber no qual os leitores, como anônimos também, se reconhecerão de algum modo. Por outras palavras, ao citar os escritores conhecidos, esse escritor estaria dizendo aos seus leitores que ele, apesar de tudo, conhece tais autores e que, portanto, aquilo de que fala é digno de ser mencionado, podendo inclusive ser compreendido. Estaria, assim, invocando não somente autores conhecidos, mas se valendo da autoridade – que é um modo de se redimir do fato de não ter ele mesmo uma autoridade para impor.

Ora, uma característica – uma verdadeira fatalidade – do nosso tempo é esse mesmo anonimato, que assume hoje em dia proporções perturbadoras. E não é necessário convocar nenhum sociólogo ou estudioso de assuntos coletivos para nos falar sobre isso, até porque sabemos muito bem que, em tempos do que se chama “cultura de massa”, não seria menos que uma pretensão querer afirmar o contrário. Anônimos em meio a multidões que crescem a cada minuto, mal podemos imaginar o que teria sido não ser anônimo em épocas diferentes – e, muito menos, o que teria sido *ter uma personalidade* nas épocas em que isso era comum. Pensemos, por exemplo, em Bach, que chegou a ser Bach quando se vivia, na Europa de seu tempo, em cidades cujo número de habitantes – ao contrário das metrópoles atuais, que dispõem deles aos milhões – mal chegaria aos trinta mil. Se, sendo Bach numa Leipzig de poucos milhares de habitantes no século XVIII, Bach alcançou a proeza de ser Bach, o que não teria sido se vivesse no início do século XXI? Entretanto aqui se introduz uma falácia, desde que se pode argüir que a qualidade de um escritor ou de um músico não depende exatamente do tamanho ou da quantidade de habitantes do lugar onde ele vive. O fato é que, em nossos dias, podemos viver em cidades de dez milhões de habitantes e nunca chegarmos a ser Bach, ou Shakespeare, ou Rafael. E essa pretensão se torna tanto menos justificável quanto mais pensamos que existe nos dias de hoje um sentimento, uma desconfiança geral de que não se pode atingir nenhum tipo de grandeza que possa ombrear com a desses gênios. Quanto a isso, poderíamos talvez pensar – um tanto falaciosamente, mais uma vez – que as dimensões da personalidade e as flutuações populacionais se desenvolvem em proporções inversas, diminuindo as primeiras à medida que aumentam as

segundas. Mas para que serviria tal matemática senão para nos convencer de que, a cada dia que passa, a grandeza individual se dilui em impessoalidade?

Num extremo, tem-se como evidente a noção de que, em meio a tamanho potencial de opiniões, nenhum escrito, por mais hábil que seja o autor, poderia conter originalidade. Ou, pelo menos, supõe-se que, em meio a toda essa multidão de rostos que, de algum modo, estariam ansiosos para dizer alguma coisa, o que se tem a dizer dificilmente poderia aspirar à originalidade (se é que tem qualquer sentido ser original hoje em dia). Não se trata mais de pensar com a própria cabeça, como se dizia antigamente? Podemos conceder que os tempos atuais, propícios ao anonimato, simplesmente proíbem a quem quer que seja de se aventurar para além do círculo de sua própria experiência, desde que correrá o risco de tropeçar no alheio. A originalidade é, sob esse ponto de vista, como a própria palavra o parece sugerir, uma espécie de artigo raro que, quanto mais probabilidade se pensa ter de encontrá-lo (num terreno onde ele poderia aflorar como erva), mais raro se torna. O emprego das citações teria, pois, a função de prevenir as apropriações indébitas, mas seria ingenuidade supor que tais escrúpulos se interponham no caminho dos ambiciosos. Com efeito, alguma coisa a mais se coloca, que podemos identificar, da parte do público, ali onde a desconfiança em relação à personalidade nos endureceu os sentidos. Supomos, em princípio, que, por um processo de saturação, nenhum tipo de individualidade seja possível atualmente, e que isso vale como um bom motivo para não lermos o que quer que seja que venha assinado por um nome obscuro. Então as citações nos convocariam a conhecer não tanto o que esse nome tem a dizer, mas o que têm a dizer, por meio dele, aquelas vozes em quem ainda confiamos. Seria mais ou menos como se o convertêssemos em mero porta-voz daquilo que realmente nos interessa, que nós conhecemos em primeira ou em segunda mão e que, mais uma vez, gostaríamos de reencontrar (já que o fato de depararmos uma citação num escrito qualquer tem sempre o sabor de um reencontro, mesmo que nunca tenhamos lido o autor citado). É como se não pudéssemos passar sem a presença do familiar. Ao buscarmos no anônimo o eco de vozes conhecidas, nada mais estaríamos fazendo do que nos reencontrarmos a nós mesmos, anônimos, naquilo que ainda tem um nome e que, por sua vez, parece por um instante nos interessar.

Entretanto, mais do que como uma invocação de autoridade e mais do que (ao contrário do que se poderia crer) como uma prova de idoneidade moral, as citações têm um sentido – do ponto de vista dos escritores – de dar um tom impessoal às suas vozes individuais. Elas nos transferem para fora de nós mesmos, elevando-nos a patamares de descompromisso que nos aliviam das ansiedades. E que benefício se extrai dessas acrobacias? De um modo obscuro, se as citações são úteis por funcionarem como senhas ou cartões de visita, o fato é que elas servem para atordoar os leitores. Impondo a eles o trânsito por um universo de idéias que ultrapassa em muito o universo das idéias do próprio autor (que certamente será um universo limitado), acabam gerando nos leitores a impressão de que essas idéias são um pouco melhores do que aparentam ser realmente. Mas elas nada mais fizeram do que gerar essa impressão, uma vez que, por si mesmas, não podem prover aquilo que se quer extrair delas. Além do mais, qualquer escrito onde abundem as citações – em que pesem as preocupações de ordem técnica do autor – produz de si mesmo uma imagem distorcida, e não só para os leitores como para o próprio autor, que corre o risco

de equivocar-se quanto às dimensões de sua erudição. O leitor pensará desse autor ou que é excessivamente modesto (ao ponto de querer devolver a César cada centavo do tesouro roubado) ou que, excessivamente erudito, não pôde senão deixar passar para o que escreveu uma parcela mínima de seu saber – que é sem dúvida uma parcela mínima, já que só poderemos ter dele um conceito muito lisonjeiro.

Acautelemo-nos, porém, contra a tentação de avançar e deixar que nos escape a palavra “exibicionista”. Não se trata, aqui, somente, da “arte” da citação (caso exista alguma), tomada em seu sentido pejorativo, e muito menos de exibicionismo. Pelo contrário, o escritor que cita, nos dias que correm, qualquer autoridade, não está se exibindo (por mais que tal suspeita insista em se manifestar): ele está, no fundo, apenas pedindo clemência ou, pelo menos, manifestando desespero. Nesta altura, pode-se comparar o ato de citar às exortações religiosas, e não julgaríamos incorreto supor que, em tais extremos, citar se assemelha a rezar. A citação esconjura, por assim dizer, os fantasmas da autoridade, mas esconjura, sobretudo, os fantasmas da ausência de autoridade. Sujeitos aos assaltos do anonimato, podemos apenas extrair vantagens do fato de que, citando, nos abroquelamos contra as objeções, contra os apartes e adendos que, sub-repticiamente, ameaçam nossas periclitantes trincheiras. Desenvolver a habilidade de citar teria o sentido de, conduzindo-nos para muito além de nós mesmos, nos precavermos diante do desconhecido. Pobre daquele que, entre cada par de frases que pronuncia, não seja capaz de inserir um nome erudito ou de cotejar o que diz com o que disse fulano infinitamente grande cujo bom senso não se contesta. Estará em papos de aranha, caso lhe perguntem de onde extraiu as idéias que acabou de aventar. E podemos imaginar seu embaraço quando tiver de responder que, por incrível que pareça, tudo o que fez foi emitir opiniões a que chegou por sua própria – e inadmissível – conta. Pensaremos dele, afinal, o que pensamos de crianças inteligentes que emitem opiniões inteligentes, quando sabemos, por experiência, que crianças não têm opiniões e muito menos opiniões inteligentes a emitir.

Todo escritor que tivesse o intuito de ultrapassar as fronteiras da privacidade – entre as quais o isolam o anonimato, o desinteresse coletivo e a insegurança pessoal quanto a seus próprios dons – deveria tomar consciência de que, aprendendo a citar, aprenderá também algumas regras do convívio social. As citações são, por assim dizer, o visto de entrada de que ele se vale para percorrer um universo desconhecido e cheio de perigos onde, a cada passo, pode estar à espreita uma decepção. Por outro lado, não estaríamos mentindo se disséssemos que vivemos num mundo habitado por seres que se ignoram mutuamente, mas que, ao mesmo tempo, impelidos uns contra os outros num espaço que parece a cada dia mais exíguo, são levados a citar-se mutuamente, até o infinito – desde que o infinito é o limite para a possibilidade de citar. O escritor que desejasse não apenas compor o que antigamente se denominava de uma “obra”, mas que quisesse edificar uma reputação fundamentada num nome só teria a ganhar com esse aprendizado. E por que não teria a ganhar? Por um momento, se abrissem para ele as portas de jornais e revistas, e é provável que fosse convidado a ministrar palestras em escolas e universidades.

Perdidos num universo provisório, guiando-nos por citações, poderíamos desconfiar dele, de suas idéias e de sua capacidade de expressão, mas jamais poríamos em questão a autoridade de quem ele cita, invoca e esconjura.

O CRÍTICO MILITANTE

Pode-se fazer boa crítica literária praticando aquilo que alguns chamam de crítica militante? Em princípio, não existe nenhuma lei que proíba o crítico militante de emitir opiniões pertinentes sobre aquilo que examina e que julga. E também não há nenhuma lei natural que se possa invocar em detrimento da prática da crítica diária – geralmente jornalística – e que nos proíba de supor que encontraremos ali boa crítica. Assim como todos nós podemos emitir pareceres sobre aquilo que lemos, sem a preocupação de acertarmos ou não (uma vez que não nos espicaça o escrúpulo de fazer coincidir nossa opinião com a de outrem), também o crítico militante deve gozar desse direito. A diferença é que, no âmbito da crítica – e da assim chamada crítica “profissional” –, o que se diz sobre um autor ou sobre um livro acaba, muitas vezes, impresso em papel, enquanto que nossos juízos pessoais, quando não aventados em voz alta, permanecem confinados à intimidade de nossos pensamentos. Além disso, o crítico – seja ele militante ou apenas um criterioso escoliasta de imponderabilidades literárias – sentirá, com maior agudeza, a necessidade de confrontar o seu juízo com as opiniões alheias. E, quer queira quer não, seu juízo também será julgado, sem embargo de que o tenha produzido na despreocupação dos desabafos ou dos impulsos momentâneos, à semelhança do que, com certeza, freqüentemente ocorre àqueles que, como nós, não se querem profissionais. Neste particular, podemos, apenas, crer que nos encontremos em melhor situação do que o crítico militante, já que nossas opiniões, quando muito, produzidas e emitidas no calor das contingências, não poderão ser arquivadas para exame futuro, como é o caso das palavras escritas.

Mas não se diz tudo acerca do crítico militante afirmando simplesmente que ele sofre (quando sofre) com a consciência de que seus juízos – razoáveis ou maus – se acham sujeitos a julgamento. Pelo contrário, o que o distingue é exatamente o fato de que, não obstante a suspeita, ele, na maioria das vezes, insiste em proceder como se não fosse um *crítico*, isto é, em agir como um leitor comum, exigindo o seu direito de ir e vir e de emitir (como qualquer pessoa) opiniões ocasionais sobre a literatura, sejam elas fruto do humor ou de continuada meditação. Elas se diferenciam das opiniões comuns só pelo fato de que são impressas em papel. E quem poderia negar ao crítico tal direito? No entanto, mesmo admitindo que todo crítico, por melhor e mais ponderado que seja, conserva em si, no fundo, como um resíduo primitivo, alguma coisa de um leitor comum (ou se reduz, quando despido do aparato erudito que o converte em profissional, a um leitor comum), essas características ainda estão longe de nos darem uma definição satisfatória do que seja o crítico militante. Falta mencionar, por exemplo, o fato de que, oscilando entre o escrúpulo de ser um crítico e a consciência de ser um leitor como qualquer outro, tal dualidade imprime um “tom” peculiar às opiniões e julgamentos que produz, tornando-os únicos em seu domínio. Uma das qualidades desse “tom” advém, por certo, da noção de que a crítica militante é a crítica do momento. Escreve-se “no calor da hora” e acompanha o ritmo mesmo da vida literária, conforme se crê que esta transcorre. É, por assim dizer, o lado arriscado da crítica – a qual pode ser bem sucedida ou naufragar conforme acompanhe o ritmo de uma vitalidade que também pode vir a ser bem sucedida ou naufragar.

Esse aspecto nos remete a uma das feições mais impressionadoras da crítica militante, que é a preocupação, que se observa nela, de respirar e viver segundo o ritmo de tal pulsação. E a que extremos não leva esse desejo! De certo modo, o crítico militante é um ser não só obcecado pela idéia de que deve viver à altura de seu tempo, como também um ser que está preocupado em receber e processar, num cérebro de extrovertido, todos os estímulos, seduções e contradições que o seu tempo lhe endereça. É nesse ponto que ele se transforma (e se compreende como tal) num “formador” de opinião. Ele frequenta as livrarias e mantém contato com as editoras. Ele conhece os escritores e, não raro, mantém com eles cerrada e cordial correspondência. Sua atividade é febril, porque ele precisa, na medida do possível, ficar a par do enorme volume de livros que são publicados todos os dias pelo mundo afora e que – terrível angústia! – não terão validade alguma enquanto não forem inspecionados e julgados.

Sentindo-se na obrigação de emitir opiniões sobre tudo o que lê (talvez porque, em seu entender, a tradição não seja mais que um amontoado de bons e de maus livros, escritos por bons e maus indivíduos), seu senso de tradição só se estabelece no momento em que ele sente que *deve* emitir opiniões sobre o passado. O passado – e tudo o mais que diga respeito à memória dos livros – só tem sentido para ele quando percebe que *pode* julgá-lo, tal como julga o presente – o que quer dizer: que pode julgá-lo pelo critério estrito do bom e do ruim, que é, a seus olhos, o único critério defensável. Firmemente convicto de que um livro só existe porque existe a possibilidade de aplicar-lhe adjetivos, tudo o mais que diga respeito às tarefas extenuantes da erudição ou à minuciosidade míope da exegese pode ser resumido numa regra simples. E essa regra diz que mil páginas de puro suor erudito não valem mais do que a descoberta ocasional do menos arguto dos charlatães. É ela que nos diz que um século inteiro de paciente investigação nada significa diante da suspeita de que as personagens de determinado romance não agem como se esperaria que agissem na realidade ou de que um poeta é excessivamente sentimental para os padrões severos de seu tempo.

Se não venera o passado ou se não o reconhece senão como um acervo de materiais à disposição do presente, também não reconhece a possibilidade de que um livro possa existir independentemente do que tenhamos a dizer a seu respeito. Para o crítico militante, um livro nunca será bom o bastante enquanto não tivermos escrito isso no papel. Não lhe interessam as vicissitudes a que uma obra esteja sujeita, no trajeto que percorre desde a escrivania do autor até a estante do leitor. Não o comovem os sobressaltos, as incertezas, os altos e baixos dessa aventura, com suas dificuldades, seus riscos e todos os obstáculos que a história e a cultura semearam pelo caminho (e que fazem do livro mais do que um simples objeto para decoração de interiores). Ora, o crítico, quando muito, concederá que a tradição se resume a meia dúzia de clássicos, que todos leram na escola, e que a possibilidade de que certos livros do presente venham a se tornar clássicos no futuro é assunto para adivinhos. Colocando-se aquém da história, como um intermediário culto entre o livro que lê e o leitor para quem o lê (e mostrando ao leitor por que deve lê-lo ou deixá-lo de lado), ele não admite que o outro possa dispor de seus próprios critérios de gosto e que tais critérios não precisam, necessariamente, coincidir com os da crítica. Para ele, não existem livros fora do espaço em que são julgados – e esse espaço raramente ultrapassa os limites da redação do jornal onde ele escreve sobre livros.

Em todo caso, defendendo critérios sumários para julgar as obras (que serão boas ou más, sem intermediações), não se pode negar que ele possa, muitas vezes, se equivocar quanto à sua própria posição no fluxo das coisas. Principalmente, desenvolverá uma visão parcial acerca de sua posição diante dos fatos que examina. Assim, não seria muito dizer que o crítico militante – parado na bifurcação que divide a literatura entre “boa” e “má” literatura – é um ser que se coloca acima do bem e do mal. Mas, com isso, também ele demonstra o quanto está sujeito a sofrer os efeitos de sua incapacidade pessoal para ver as coisas de modo isento. Com frequência, tenderá a confundir a verdade e a opinião, não podendo distinguir entre o livro que tem nas mãos e a opinião que formulará sobre ele. Só o que ele discerne – e demasiadamente bem – é a distância que, afinal, se interpõe entre a obra criticada e o escrito (do crítico) em que ela é criticada. Com efeito, ele não atribui à sua própria obra (caso tenha alguma) nenhum caráter literário, pelo menos não lhe atribui o caráter que espera encontrar nas obras que lê. É o que lhe dá, supomos, a desenvoltura com que se lança aos seus empreendimentos e, sobretudo, a ligeireza, a presteza e a certeza de impunidade que tantas vezes discernimos na crítica daqueles que com maior arrojo se entregam à tarefa da militância. Quem pode deter um crítico que se crê em condições de tudo? E quem deterá aquele que é capaz de escrever sobre todos os temas e todas as obras, saltando dos clássicos aos modernos com a mesma isenção de espírito com que comentaria, digamos, a edição de ontem de seu jornal preferido?

Ao compreender as obras como um desfile de variedades ou, mais ou menos, como animais que se exibem num leilão, parece estar certo de que não será contaminado por elas. Pode-se mesmo duvidar de que elas o comovam ou de que cheguem, sequer, a lhe causar qualquer impressão. A crítica é, para ele, uma atividade absoluta, um exercício intransitivo que se inicia em si mesmo e que termina no círculo de sombras ao seu redor. Quando se arroja à produção de juízos, é com esse obscuro sentimento de que o seu parecer, sendo de algum modo o que há de absoluto, não é senão uma contingência num universo de contingências. Para onde vai, afinal, quando vai a algum lugar? Um aspecto, porém, não nos escapa. É que, concebendo a crítica apenas como crítica, ele não leva em conta a desproporção que porventura poderá existir entre sua própria obra e as obras que julga ou pensa julgar. Por outros termos, ele mesmo – opiniático nato –, escrevendo sobre escritores e livros, e não se percebendo como escritor, não é capaz de se perceber como parte do mundo literário onde habita, respira e emite julgamentos.

APRENDIZAGENS

Infelizmente, a escola não está sendo o *locus* das verdadeiras, necessárias e gostosas aprendizagens, nem sequer para as elites. (Esther Pillar Grossi)

Pode-se ver os engenheiros,
os mestres de obras e operários
do Egito antigo descobrindo,
entre risos e jogos vários,

a experiência de aprender
a construção das grandes tumbas;
ou os marinheiros lusitanos,
qual bando de felizes pombas,

lançar-se ao mar, alcandorados
sobre umas arcas de madeira;
ou mesmo os nômades pré-históricos
aprendendo a melhor maneira

de perseguir as grandes feras
(mamutes, touros, elefantes)
entre risadas divertidas
e brincadeiras excitantes

(armados só de pedras, paus,
de arcos, de flechas, ou de lanças) –
que vêm da divertida farra
de serem outra vez crianças.

8/9-4-2003

PÁGINA DE UM DIÁRIO

Lembrança de um mendigo que pude observar certa vez, em Barbacena, à porta de um mercado de verduras, enquanto esperava pelo ônibus. Absolutamente à vontade, sentado ali, dentro de sua sórdida miséria, enquanto os veículos passavam em disparada na rua em frente, automóveis subiam na calçada para ocuparem as duas ou três vagas do estacionamento, ônibus paravam para descarregar ou embarcar passageiros, pessoas caminhavam apressadas pela calçada, desviando-se, muitas vezes, para não tropeçarem nele, reparando nele ou não, seguindo em frente sempre, como se o único motivo de existirem fosse virem de lugar nenhum, passarem exatamente por aquele ponto, onde se encontrava o mendigo, e depois mergulharem de novo no nada. Inexplicável e impressionante a figura daquele homem velho sentado em frente ao grande mercado de verduras. Rodeava-o um amontoado complexo de objetos, entre os quais se podiam discernir uma espécie de bastão, latas vazias de conservas, farrapos de tecidos, uma sorte de miudezas cuja descrição me pareceria agora impossível. Ocupava-se em devorar, com dedos imundos (que ele inseria com uma prazer guloso e metódico na substância vermelha) um rico pedaço de melancia que alguma boa alma lhe teria presenteado há alguns instantes. Concentrava-se apenas em comer, como se o universo agitado e barulhento que turbilhonava ao seu redor tivesse perdido de repente toda a realidade: metia os dedos na parte vermelha e úmida, levava-os à boca, repetia a operação. Restando em suas mãos apenas o invólucro rígido e verde da fruta, cujo interior se reveste de uma substância esbranquiçada, insípida, pôs-se a roê-lo com valentia, chafurdando nele de rijo, até que não restasse a não ser a casca, que logo deitou fora. Era velho e rugoso: sua pele, quase negra, parecia mais escurecida por causa da grossa camada de sujeira que a recobria, semelhante a uma fuligem. Na barba, podiam-se avistar ainda os restos úmidos da refeição. Dado por findo o trabalho, esfregou os dedos nas calças, para enxugá-los. Ergueu-se a custo e começou a recolher, com uma paciência fria que revelava estar apenas repetindo um gesto já produzido inúmeras vezes, o montão (incalculável?) de objetos que jaziam espalhados em torno dele. Como fossem muitos objetos, desenvolvera um método de amarrá-los, de pendurá-los em seu próprio corpo, método esse que eu hoje não saberia descrever. Lembro-me apenas de que era complexo, lento, totalmente desproporcional ao (suposto) valor das quinquilharias que o implicavam: garrafas, latas, pedaços de papel e de pano, barbantes, coisas de que ele provavelmente jamais faria uso. Não importava. Era toda a sua riqueza – o seu mundo particular –, e ele tinha de levá-la consigo, por onde quer que perambulasse.

Eis a realização mais perfeita que já vi da máxima que manda não termos nenhuma riqueza além daquela que podemos transportar conosco para onde quer que vamos. Toda a sua riqueza ele a carregava sobre seus ombros: era pobre, inútil e suja, mas mesmo assim o fazia encurvar-se ligeiramente para diante.

POEMINHA PARA OS PURISTAS

Dúvida pertinente: até quando será considerado politicamente correto ignorar que o presidente eleito do Brasil comete crassos e constantes erros de português? (Dora Kramer?)

Abaixo os puristas (Manuel Bandeira)

Se um dia eu viesse a saber
que o presidente da China
entre um verbo e um substantivo,
um pronome e um conectivo
mete um “de” ou um “que” qualquer,
e despreza as concordâncias,
e atola nas redundâncias
(assim, por puro prazer,
por puro "pouco me ligo") –
escutem bem o que digo:
eu nunca mais ia à China!

4-11-2002

IMHO*

Se nossas opiniões
(sujeitas a mil senões)
são só modéstia e humildade,
por que ocultar tal verdade
por trás de abreviaturas
que tornam pouco aparente
o ídolo em nós tão presente
de celestiais criaturas?
Por que não grafá-la bem
com as letras todas que tem?
(Mas não me traia a irrisão:
em minha -- quero dizer --
humilde e, a não mais poder,
desorientada opinião.)

14-4-2003

* *In my humble opinion.*

NUM CURSO PARA PADRINHOS

Metida entre nós e Deus,
a figura terrestre,
prosaica e rude
do sacristão –
um burocrata da graça.

SOBRE LISTAS DE DISCUSSÃO (DA INTERNET)

Os listeiros estão quietos,
a ler as páginas que vêm –
ondas de um mar que traz a espuma,
que leva a espuma, num vaivém.

São como ovelhas de um rebanho
quando tudo parece bem:
satisfeitas do sol, da lua,
felizes do que lhes convém.

No anonimato do mar-frase,
onde flutua a voz-ninguém
(alga que cobre a praia toda
quando o mar volta, quando vem),

são meigas almas, desgarradas,
que ainda receberão também
as preces dos que velam almas
e as boas intenções de alguém

Mas, se nas páginas que escutam,
se entre as ranhuras do que lêem
detectam ritmos suspeitosos
(a voz de um mal querido *quem*,

as pulsações de um desafeto) –
não dizem “seja” nem “amém”:
saltam da sombra, expõem garras,
mostram o lobo que contêm.

PÓSTUMOS

Durante un año de la luna, he sido declarado invisible: gritaba y no me respondían, robaba el pan y no me decapitaban. (Jorge Luis Borges)

O fascínio que os escritores póstumos exercem sobre nós advém não tanto das ressonâncias fúnebres do adjetivo que os qualifica quanto do temor de que, por mais que nos pareça viva a literatura atual, todos os escritores sejam póstumos nela, principalmente os que estão bem vivos e escrevendo neste exato momento. E por que esse temor? De certo modo, é o que se pode comprovar quando se faz a pergunta: existem bons escritores atualmente?, e logo se tem a tentação de responder que só o futuro dirá, pois só o futuro é autoridade para dirimir tais questões. Os bons escritores de hoje – é a suspeita – serão os póstumos de amanhã e nos parecerão tanto maiores quanto menos nos pareça possível conceber a idéia de que estejam vivos e fazendo aquilo que sabem fazer de melhor, ou seja, escrever, sem que ninguém saiba disso. Os escritores póstumos, sendo um assunto do qual, por princípio, não se deveria tratar *neste momento*, nos fascinam pela capacidade que têm de pôr em questão um bom número de nossas crenças. E o fazem com tanto mais eficácia quanto menos se dêem a ver como homens, isto é: porque, sequer existindo como entidades reais para os nossos sentidos exteriores, não deveriam senão despertar em nós uma curiosidade distraída e destituída de ardor.

Mas o que são os escritores póstumos propriamente ditos, para além do fato de que os imaginemos como fantasmas ou entidades ideais do pensamento que nossos sentidos não podem tocar (e que não têm ouvidos, portanto, para ouvir nossas indagações), nem nossas mãos estrangular? Pode-se em princípio pensar que um escritor só se candidata a póstumo a partir do instante em que, escrevendo livros que ninguém lê, e sendo esses livros qualquer coisa de considerável, funda para si próprio a perspectiva de se tornar notório no futuro. Ninguém o deseja realmente, e a notoriedade futura parece ser um consolo pífio para aqueles que dependem nisso muito mais do que uma boa parcela do seu tempo e das suas preocupações cotidianas. Considera-se, antes, que os privilégios da fama póstuma não se comparam aos reais privilégios que uma gota de fama presente traria para quem não pode aspirar senão a esses privilégios. É o que nos ensina a concepção popular da notoriedade póstuma dos escritores: trata-se de sujeitos compenetrados, modestos e obstinados ao extremo, e que por essa mesma compenetração, modéstia e obstinação não são aquinhoados senão com as promessas da fama futura. Se dessa fama não podem ter a menor idéia no presente – ou se nenhum indício dela parece anunciar-se no momento em que, acabado o livro, o mesmo é enviado a uma prensa para ser impresso –, eis um paradoxo que também não saberemos resolver. Escritores escrevem porque têm de escrever. E o que será feito de seus livros depois de escritos parece ser assunto que nem os mais percucientes adivinhos estão aparelhados para esclarecer.

Ora, alguém dirá: se um escritor é póstumo, não há por que se preocupar com ele por enquanto, que dele o futuro se encarregará. Essa é, porém, a maneira pouco perspicaz de lidar com a questão. Com efeito, a idéia de que, neste momento, alguns indivíduos estejam trabalhando teimosamente para nos desacreditar no futuro deveria receber de nós algo mais que uma atenção

superficial. Quando se fala em póstumos, seria preciso pensar que os póstumos não são apenas – como um compromisso incômodo a que teremos de comparecer em breve – um simples tema para prognósticos. Seria preciso enxergar com clareza o fato de que eles estão aí, de algum modo, ao nosso lado, e de que a qualquer momento podemos tropeçar com um deles. Escritores póstumos, por menos que o queiramos admitir, pertencem ao presente, e quando se vier a falar deles no futuro estaremos irremediavelmente implicados. Eles colocarão em xeque, aos olhos do futuro, nossa capacidade de distinguirmos com clareza os traços mais precisos das feições dos indivíduos que nos cercam. Colocarão em xeque, sobretudo, o fato de que, como cidadãos mais ou menos informados, tenhamos suposto que, se existe uma poesia, um romance ou uma crítica literária coetânea, essa poesia, esse romance e essa crítica têm de ser, necessariamente, escritos por pessoas reais que vivam num universo real. Por outros termos: caso não queiramos pura e simplesmente aceitar como fatalidade a idéia de que tais coisas pertencem ao passado e de que hoje em dia não se usa mais fazê-las, alguém teria de se encarregar de fazê-las. E quem se encarrega delas é, de fato, o escritor póstumo que nós não conhecemos nem sabemos quem seja, mas que virá no futuro para denunciar tal ignorância.

Que nos dizem eles para além das obras que escrevem, cuja existência só podemos supor com base em hipóteses aproximativas? Primeiramente pode-se pensar que seus escritos cumprem uma dupla função. A primeira é, como se diz comumente, falar de assuntos que interessam a todas as épocas (e que muitos acreditam os escritores póstumos conhecerem melhor do que quaisquer outros escritores). São as assim chamadas questões “eternas” – questões que todos concordam em que sejam eternas, mas que não poderiam ser listadas de modo consensual nem mesmo entre os melhores especialistas em questões desse tipo. Nossa época ou nenhuma época seria capaz de se haver com elas a contento, ou de esgotá-las até o fim. Ao mesmo tempo, os escritos que o futuro consagra e que o presente ignora servem para falar ao futuro sobre o que se foi no passado e que, por uma peculiaridade do modo como os tempos se sucedem, não se chegou a ver claramente. (Poderia, evidentemente, tratar-se apenas de uma suposição, fundada na idéia de que os vindouros o farão com mais eficiência do que nós.) E é esta segunda função que nos ensina melhor o que são os escritores póstumos. Pelo menos, nos mostra que, no suceder-se das gerações, as gerações posteriores sempre encontrarão interesse em entender até que ponto seus antepassados não foram capazes de se explicar uns aos outros – ou de se entender a si mesmos. Os escritores póstumos são, neste aspecto, o que as gerações passadas foram *também*, mas o fato de que se tornaram póstumos serve como prova de que não o foram totalmente. E esse paradoxo, pouco lisonjeiro para o passado, ajuda a alimentar a curiosidade e o interesse do futuro, que encontra no passado não só um tema para investigações, mas também para revisões de suas próprias insuficiências.

Entretanto alguém ainda poderia se perguntar se os escritores póstumos existem realmente ou se mesmo as hipóteses que fazemos a respeito deles não corresponderão, tal como a crença de que existam, a certas invenções da fantasia. Não haveria que objetar, pois os escritores póstumos, conforme os conhecemos agora, vivendo de tal maneira mergulhados no anonimato ou parecendo mesmo apreciar de um modo desconcertantemente mórbido esse anonimato, nos dão com freqüência a impressão de que não existem – sejam eles

Fernando Pessoa, Kafka ou talvez Shakespeare (personalidade cuja biografia nenhum contemporâneo se deu o trabalho de escrever para deixá-la como um presente às gerações posteriores). Sua obscuridade imprime à idéia que fazemos deles uma tonalidade que se diria mitológica, embora imprópria às pessoas reais. Mas é disso que se trata afinal – e é isso que os torna tão interessantes. Vivos, eles apenas nos dariam o desprazer de suas pessoas humanas, com todos os defeitos, inconsistências, falhas de caráter, má aparência e tudo o mais que é característico das pessoas humanas. Póstumos, eles tendem a crescer e a se aperfeiçoar dia a dia, tornando-se inacessíveis às vicissitudes dos tempos. Recorremos a eles, para nos assegurarmos da perfeição, que eles nos ensinam, ao passo que, enquanto vivos, suas pessoas e suas obras nos parecem indiferentes.

Se pudéssemos escrever a história de certas vidas ou de certas obras a partir de mentiras bem intencionadas, provavelmente teríamos de recorrer às vidas pouco célebres de homens cujas obras os fizeram demasiado célebres para que pertencessem a uma época qualquer. Não se trata de um julgamento nem de uma revisão de pressupostos. Recorrendo a eles, poderia ser que nada aprendêssemos sobre a poesia ou o romance, nem sobre o modo como a vida ordinária costuma servir de material à mais sublime expressão da beleza. Porém aprenderíamos que as desproporções entre a vida e a obra são algo mais do que um simples tema para meditação – ou para censuras aos nossos avós.

22-4-2003

UM MILAGRE DE SANTA LUZIA

Santa Luzia convenceu
o ladrão a lhe devolver
os olhos que este lhe tolheu,
decerto que para vender.

É que esses olhos de Luzia
eram feitos do ouro mais puro
e – quem sabe – como de dia
enxergassem também no escuro.

Tal milagre nunca se viu
entre os que os santos têm obrado:
retornar o ouro que fugiu
ao lugar de onde foi fanado.

Mas não foi tanta nem tamanha,
como logo se averiguou,
a qualidade da façanha
que a boa santa executou:

logo chega uma informação
(que deu ao povo o que pensar)
de que os olhos da santa estão
escondidos atrás do altar.

Bom par de olhos considerado.
Por certo quem o surrupiou
quis sonegar algum pecado
que a santa viu e relevou.

SEGUNDA PÁGINA DE DIÁRIO

Discussão, ontem, entre professores da escola, para decidir quais livros deverão ser sugeridos como leituras prévias para as provas do concurso. Refiro-me a livros de literatura brasileira e portuguesa, com uma predileção pela prosa que, até certo ponto, seria difícil justificar. E como são curiosos os pontos de vista, as defesas dos variados critérios de escolha e das assim chamadas “prioridades”. Ouço o professor X dizer que o autor Y é muito “importante” ou que é mesmo “fundamental”, devendo por isso ter uma de suas obras incluída na lista. Outro me diz que determinada obra de fulano é tão imprescindível que não se pode, sequer, cogitar a possibilidade de deixá-la fora da lista. Outro ainda me fala de *qualidade*, *popularidade*, “*cânone*” *literário*, aceitos esses termos como critérios que orientarão a escolha dos títulos. Por Deus! Como se estudantes de segundo grau, cobertos ainda pelo líquido placentário da Coleção Vaga-lume, tivessem condições de avaliar a “originalidade” e a “importância” das *Memórias póstumas de Brás Cubas* ou de produzir arrazoados conseqüentes acerca da grandeza de fulano ou de sicrano, presenças indispensáveis no rol das presenças indispensáveis. “Por que é que V. Exa. tem tanta simpatia por tal ou qual livro e por que é que V. Exa. o considera tão importante, tão necessário à formação do candidato?” Provavelmente só estaríamos a defender os direitos do senso comum, que põe em cena os seguintes preconceitos, formadores portanto do “patrimônio” cultural que o estudante deveria se encarregar de adquirir: Machado de Assis de preferência a José de Alencar; Graciliano Ramos de preferência a todos os seus pares nordestinos; Guimarães Rosa de preferência a Clarice Lispector e ambos de preferência a tudo o mais; negar qualquer valor literário às assim chamadas “descrições” que abundam na prosa do Romantismo; defender o imenso conhecimento do coração humano de que Machado de Assis era portador; jamais ler *Os sertões* sem considerar tediosas ou excessivamente intrincadas as cem primeiras páginas; venerar a prosa do Padre Vieira, considerando-a de antemão inacessível a qualquer mentalidade mediana; ler, por uma razão ou outra, *Triste fim de Policarpo Quaresma*; ler todos os livros de José Saramago e dizer que são “ótimos” ou, ao contrário, que são absolutamente incompreensíveis; pronunciar, com acentuação grave e meditativa (ou, pelo contrário, bastante casual), expressões como “literatura comparada”, “psicanálise” e “mítico”; nada conhecer de literatura estrangeira; e, por fim, ter lido muito mais livros de crítica e de teoria literária do que romances e poesias; aceitar, como um dogma de fé, que Franz Kafka, James Joyce e Marcel Proust são os “maiores escritores do século” (embora não se tenham lido todos os livros do século para poder compará-los entre si); jamais, em hipótese alguma, ler os escritos de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco ou Coelho Neto ou, aventurando-se a lê-los, considerá-los menores ou imperfeitos (ou lê-los, apenas, para produzir trabalhos acadêmicos que os professores não se encarregarão de examinar); considerar Olavo Bilac um pedante; apenas ter ouvido falar de gente como Alberto de Oliveira, Raimundo Correia e Luís Delfino; ter lido *Amar, verbo intransitivo*; etc., etc.

maio de 1999

A DÁDIVA DO HOMEM DAS NEVES

Assistir ao filme *Nanook of the North*, de Robert J. Flaherty, pode ser uma experiência única na vida de qualquer pessoa. E o será não tanto pelo aspecto exótico das imagens que no oferece – verdadeiramente surpreendentes pela capacidade que têm de nos mostrarem um modo de vida que parece diferir do nosso numa infinidade de aspectos – quanto por uma outra coisa que está ali e que não se patenteia de modo imediato, como se se tratasse de um movimento subterrâneo que só muito devagar conseguíssemos notar. O lado “exótico” do filme de Flaherty – se a palavra não for demasiada para caracterizar esse aspecto de uma obra que se esforça por investigar e, portanto, por trazer mais para perto de nossa compreensão várias facetas de um cotidiano que difere do nosso em muito mais do que uma dúzia de pormenores superficiais – se deve à curiosidade que desperta em nós a relativa estranheza da vida esquimó, representada pelas andanças do caçador Nanook e de sua família pelos desertos gelados do Ártico. De fato, se Nanook corresponde em grande medida a alguma idéia que acaso façamos do que seja a existência de um homem que precisa extrair da caça sua subsistência e a dos seus, pensar que o faça em plena aridez dos gelos árticos suscita um devaneio em nosso espírito. E tudo o mais que se liga a isso assume para nós um reforçado interesse: sejam as técnicas de construção das tendas de gelo, seja a habilidade em converter dentes e ossos de animais em ferramentas e instrumentos de caça, seja mesmo a inesperada resistência ao frio que até as crianças demonstram, capazes estas últimas de transformarem a brancura da neve perene em objeto de brincadeiras, como uma de nossas crianças transformaria um relvado num colchão para cambalhotas ou numa arena para lutas simuladas.

No entanto para além do exótico jaz a presença mesma dessa realidade inóspita, que Nanook domina com infinita sabedoria – realidade cuja aridez impregna cada centímetro da película. E não é só isso que atrai nossa atenção. A razão para que o filme de Flaherty exerça sobre nós um fascínio que beira a hipnose está também no pensamento de que, para levá-lo a cabo, seu autor teve de se sujeitar a sacrifícios que o filme não menciona. Por outros termos, se por um lado nos são oferecidas o tempo inteiro as imagens da vida de Nanook – suas técnicas de caça, a companhia de sua esposa e de seus filhos, bem como a frugalidade rigorosa de uma existência na qual uma boa pele de urso tem certamente um valor que seria irrisório tentar atribuir, em nosso mundo, a um automóvel moderno ou a um computador pessoal de última geração –, por outro só indiretamente é que nos chegam as sugestões de que, para filmá-las, o autor se sujeitou a rigores semelhantes ou maiores que os que perpassam o cotidiano de Nanook. Desde que Flaherty não apenas registra com a câmera aquilo que tem diante dos olhos, mas se esforça para captá-lo da melhor maneira e, sobretudo, para lhe dar um sentido, pode-se supor que seu filme trate também, como um de seus temas secundários, desse mesmo esforço de captação. Podemos imaginá-lo (e aos seus auxiliares, caso os houve), a percorrer a vastidão do Norte com os instrumentos de filmagem às costas, ao mesmo tempo em que tendo de se preocupar com a sua própria sobrevivência. Não haveria um cenário a filmar, nem garantias advindas de uma clara separação entre o espaço filmado e aquele no qual se posiciona o indivíduo que o filma, como acontece nos

assim chamados filmes de estúdio. Para filmar a vida de Nanook, Flaherty deve ter se obrigado a uma disciplina que lhe ensinou mais sobre a vida dos esquimós do que seu próprio filme nos ensinará. E essa impregnação nos faz pensar no quanto se trata ali não só de apenas registrar imagens e ordená-las em seqüência, mas também de um aprendizado e de uma superior ascese de caráter pessoal.

O que se vê no filme de Flaherty, datado de 1922 (mas correspondente a experiências dos anos anteriores – conforme o filme nos informa –, feitas no norte do Canadá)? Se quiséssemos falar de tudo, não encontraríamos espaço suficiente para arrolar todas as imagens que nos emocionam. Entre as que mais atraem nosso interesse está, sem dúvida, aquela em que um homem se arrasta sozinho na orla do mar, aproximando-se de um bando de morsas que dormitam na faixa onde as ondas se chocam com o gelo. O homem salta de repente, lança seu arpão amarrado a uma corda e fisga uma enorme fêmea que tenta fugir para o mar. As outras morsas se alvoroçam e se lançam na água, restando apenas um macho que não se decide entre fugir também ou permanecer junto da fêmea capturada. Embora muito ágeis e perigosas na água, as morsas se tornam lentas e desajeitadas em terra seca. Três ou quatro homens acorrem imediatamente, e então começa a luta do grupo para arrastar o pesado animal para fora da água – luta que provavelmente se estendeu por horas, pois quando o conseguiram a morsa já não se debatia. Os homens começam rapidamente a cortar-lhe a pele, colocando à mostra grossos nacos de gordura branca, que não se compara sequer à gordura do maior dos porcos jamais abatidos. Pelas aparências, a morsa pesaria o mesmo que um touro dos maiores. Os homens retalham a carne e – o que se pode ver em mais de uma ocasião durante o filme – comem-na crua, sem ocultar uma irradiante satisfação. A captura da morsa coroa um dia de trabalho bem sucedido, e experimentar depressa a carne quente do bicho teria sido, com toda a certeza, um prazer que nossos instintos civilizados hoje em dia mal poderiam imaginar. Repugnâncias cidadinas perante um gozo tão excelentemente conquistado?

Outra seqüência das mais surpreendentes é aquela em que Nanook e seu grupo, parando para acampar numa região de ventos fortes, se põem a construir um iglu. Quem já terá tido a oportunidade de conhecer o modo delicado, eficiente e perspicaz como são levantadas essas edificações de gelo que, por menos confortáveis, ainda assim parecem constituir-se num dos bens mais preciosos de que pode dispor o habitante de tais paragens? Mas o trabalho deve ser realizado em grupo. No princípio, vemos os homens a cortar o gelo – massas aparentemente menos compactas de neve sedimentada –, usando para isso compridas cimitarras feitas de dentes de morsa. As cimitarras se mostram eficazes, e logo os blocos, que devem ter o tamanho de um televisor médio, são empilhados uns sobre os outros, com suas faces mais largas colocadas na vertical. Tudo depende da maneira como os apoios são arranjados. Assim, ao fim do trabalho, obtém-se uma espécie de concha branca emborcada sobre o solo – concha cujas ranhuras e reentrâncias são preenchidas com neve fofa. Num momento seguinte, Nanook crava sua lança no gelo compacto e extrai uma crosta translúcida, que leva em direção ao iglu. Imaginamos o que está para fazer. Ele espeta sua cimitarra na parede recém-construída, rasga uma abertura de tamanho igual ao da placa de gelo e então assenta-a sobre a abertura, produzindo uma inesperada clarabóia. Como o único material a ser usado em

todas as circunstâncias é o gelo, essa clarabóia também é vedada com a neve fofa. O artifício é proveitoso, pois permite que à luz do dia o interior da tenda se mantenha iluminado. Para completá-lo, Nanook fixa junto à clarabóia um bloco de neve opaca, colocando-o perpendicularmente à posição do sol, de modo que os raios sejam refletidos para dentro do iglu. No interior, acende-se uma fogueira, pois a diferença de temperatura entre o interior e o exterior é um dos fatores para que as paredes não desmoronem. O trenó que os cachorros arrastam é depositado no topo do iglu, a fim de que os animais não mordam nem destruam os arreios de couro durante a noite. É também providenciada uma diminuta toca de neve para os filhotes, que sem a supervisão dos humanos podem ser mortos e devorados pelos maiores.

A luta de Nanook para manter a paz entre seus cães é constante e acirrada, pois os mesmos se revelam muito belicosos. As crianças brincam com os filhotes, ensaiando em pequenos trenós de brinquedo as técnicas de que mais tarde se valerão para se locomoverem através da neve. A imagem das crianças nos faz pensar sobre um outro aspecto da existência de Nanook que o filme não mostra diretamente, mas que podemos deduzir a partir dos dados que observamos. Trata-se do fato de que essa existência não se reduz, por certo, a uma preocupação incessante com a comida e com a proteção do grupo, mas deverá ter também os seus momentos de ócio e despreocupação, bem como não estará isenta dos interesses metafísicos que, muitas vezes, entre certos povos, se manifestam nas formas da religião. O filme de Flaherty não traz nenhuma referência às crenças de Nanook ou às suas relações com os deuses. Entretanto podemos vê-lo na intimidade de sua residência temporária, preparando-se para dormir, meio nu, envolto num amontoado de peles. Uma mulher faz a higiene do filho, limpando-o com um pedaço de pele umedecido com saliva. A cama é armada sobre o gelo, e toda a família dorme agrupada no estreito espaço interior da habitação. O caçador Nanook sorri com freqüência, tem a pele do rosto enrugada e os olhos amendoados dos orientais. Não podemos, ao vê-lo, senão pensar que a existência dos caçadores seja propícia aos largos períodos de ociosidade e, sobretudo, às grandes meditações, que certamente serão inspiradas pelas intermináveis planícies brancas do Ártico. Em que pensará Nanook, para além da atividade diligente e febril a que o vemos entregar em quase todas as seqüências do filme?

Uma das cenas mais reveladoras, que poderia passar despercebida a um observador interessado unicamente nas seqüências – que não são poucas – em que os homens da neve demonstram sua adaptação e sua capacidade para dominar o ambiente hostil, é aquela em que, bem no início do filme, Nanook e sua família comparecem a um entreposto comercial canadense para realizar algumas trocas. Sabemos que o comércio de peles e de outros produtos que porventura sejam trazidos das solidões geladas do Ártico pode ser para os caçadores uma fonte de produtos que não sejam facilmente adquiridos em seu habitat ordinário, tais como instrumentos de metal ou madeira. Os filhos de Nanook se deliciam comendo pão empastado de gordura, ao ponto em que um deles, tomado de cólicas, é obrigado a ingerir um laxante. O comerciante apresenta um gramofone ao caçador. O sorriso de Nanook é franco, muito alegre, e seu olhar viaja entre a câmera e aquele estranho, curioso e inútil aparelho destinado a preservar a voz humana como o gelo preserva as carnes das focas. Que pensará Nanook dessa invenção dos brancos, dessa engenhosidade infantil que não tem nenhuma

serventia em seu mundo deserto e rigoroso? Que estranhos mundos lhe evocará a máquina falante, que para os brancos terá alguma serventia, mas que para o caçador não pode ser mais que uma curiosidade, tal como o são os álbuns de figurinhas para as crianças?

A espantosa inutilidade do gramofone para o caçador que se veste de peles nos fala de uma distância que existe entre os dois mundos – uma distância que é muito verdadeira e que vai além de qualquer possibilidade de que um dia um mundo venha a se interessar pelo outro ou a ter com o outro qualquer contato. Essa distância não se patenteia apenas nos hábitos e costumes que de nós para Nanook parecerão exóticos e vice-versa, mas também num certo modo que a natureza tem de imprimir a sua marca à existência dos homens, moldando-a segundo desígnios que ultrapassam as capacidades humanas de compreendê-la ou de colocá-la a seu serviço. Mas não é só disso que se trata na cena em questão. A reação de Nanook diante do gramofone – seu riso amistoso e festivo – nos lembra sobretudo a inutilidade que aquilo parece ter para o caçador, o que nos indica que os sacrifícios de Flaherty estão apenas começando. Por outros termos, o filme nada tem a oferecer ao homem do norte, e é este, por sua vez, que tudo concede à película – sua pureza de propósitos, sua luta incessante com os rigores do clima, sua sabedoria e sua habilidade em extrair da natureza avara o suficiente para a sua sobrevivência e a dos seus. Pode o nosso mundo encontrar interesse no mundo dos gelos, pode ir buscar ali algum produto que o torne valioso para nós e faça com que estabeleçamos com ele algum tipo de intercâmbio? Neste ponto, ao contrário do que se pode supor, não é Nanook que deve vir ao filme – já que este, num certo sentido, jamais terá existido para o esquimó (e podemos perguntar-nos se alguma vez o homem do Norte terá ouvido falar a seu respeito) –, mas é o filme que irá até Nanook, em busca de um interesse cuja primeira prova se dá na forma da peregrinação do cineasta pelos desertos de gelo. Essa é a dádiva que Nanook nos oferece – gratuitamente – e que oferece a um mundo que nada tem a lhe oferecer em pagamento. Tecnologia e primitivismo? Mal podemos pensar no espanto que o documentário de Flaherty teria causado aos cidadãos de sua época. E mal podemos deixar de imaginar, também, o que a estes últimos teriam sugerido as cenas de vida selvagem apresentadas no filme, nas quais as intrigas, as perplexidades e os interesses que nos movem todos os dias parecem não ter nenhum lugar – assomando-se antes absolutamente primários ou vãos.

A peregrinação de Flaherty pelo Norte, seguindo os passos de Nanook, tem qualquer coisa de simbólica. É como se nos dissesse que as aventuras tecnológicas do homem moderno ainda terão de encontrar o seu norte, e que esse norte nada tem a ver com o que o mundo de hoje nos possa ofertar. Que faz o homem moderno senão exasperar-se diante de um volume de regras sociais, aspirações incertas e quinquilharias mecânicas que a cada dia cresce mais e que, no entanto, para nada mais parece servir senão para se reproduzir a si mesmo, exigindo do homem um alto quinhão que é só o preço de sua própria reprodução? Pode ser que, numa instância que subjaz às aparências, o mundo de Nanook não difira essencialmente do nosso ou que, no mais importante (caso possamos concebê-lo), suas preocupações não divirjam substancialmente das nossas. Porém é do modo como essas preocupações são tratadas e experimentadas que o filme nos fala, bem como de uma outra coisa que está para além da possibilidade de descrevê-la fora da cena em que o ato de descrevê-la seja

colocado em questão. E, sendo ela a dádiva que o caçador nos oferece ou que sua presença anuncia, sem nada cobrar em troca, então só temos a agradecer.

O filme termina com uma cena em que Nanook e sua família se recolhem para dormir. Com efeito, a última tomada é aquela em que o rosto adormecido do homem do Norte se dilui contra o fundo negro, como se a nos sussurrar que depois da caça às focas, da construção dos iglus e da pesca de peixes que se congelam instantes depois de extraídos da água, viessem o repouso e o recolhimento. Pudesse ser esse também o sono que pedimos e desejamos para todos nós.

7/8-5-2003

EXCETO A ETERNIDADE

O resultado é um texto que preserva a vivacidade do pensamento e cobre a quase-totalidade das questões que inquietam a maioria das pessoas: o divórcio, o futebol, a religião, a família, a política, a economia, o casamento, o envelhecimento, a infância abandonada, o terrorismo, a educação, a ecologia, a eternidade, a democracia, a imprensa e a mídia eletrônica, a poesia, o politicamente correto, o sexo, a solidão... (Do texto de divulgação de um livro)

Sempre há o que ver. (Rilke)

A quase-totalidade
dos temas, como num mapa,
é mar que não atravesso –
imensidão que me escapa.

Do terrorismo à política,
da família ao casamento,
sem esquecer a poesia,
o sexo, e o envelhecimento;

do futebol ao divórcio,
da infância à religião –
tudo talvez se acomode
nas celas do texto chão.

Mas, se com arte e destreza
se faz tal malabarismo,
a eternidade, por certo,
não cabe num aforismo.

TERCEIRA PÁGINA DE DIÁRIO

Palestra, ontem, na Universidade, do homem que estuda o teatro. Falou de um sujeito que estuprava crianças e depois as matava e enterrava no quintal de sua casa. A propósito de autores teatrais modernos, disse que estes, de embrulhada com Freud e outros (“malditos”, no seu entender), vieram mostrar que, no fundo, todos nós somos igualmente loucos e igualmente capazes de cometer semelhantes atrocidades. Ora, dizer isso a estudantes de Letras, recém-saídos do colégio...

20-5-2000

UM SONETO

Lagartos há também que comem cactos,
mastigam os espinhos calmamente,
sem se importar com a agudeza quente,
como se mastigassem velhos fatos.

Ao sol do dia claro, que os aquece,
esquecem-se dos gestos e dos atos;
infensos aos progressos e aos impactos,
mastigam, numa fleuma indiferente.

Vendo-os ao longe, pensa-se que são
pedras que, na distância, mascam pedra,
pensamentos que mascam confusão.

Mas não: que só mastigam espinhentos
cactos, na calma seca que os empedra,
sem agruras de pressa ou pensamentos.

RESPOSTA A UMA AMIGA

Mote:

... que a letra, se muita, mata,
mas o espírito vivifica.

Glosas:

I

A letra é letra, e simplifica.
Se estou no escuro, nada sei.
No escuro, que sou ou serei?
Só o espírito me vivifica.

II

A letra perde o que complica
em voltas que levam ao fundo.
Mas desisto. Não sou profundo:
só o espírito me vivifica.

III

Não quero a letra, que duplica
o que não sei – esta legião
de esboços que nunca serão. –
Só o espírito me vivifica.

IV

Pouco me serve. De fora fica –
do meu orgulho, que procura.
Nada mais quero – e encontro a cura
no espírito que vivifica.

V

(Nessa azáfama a que se aplica,
em seu afã de conhecer,
a letra escreve, sem saber
que só o espírito vivifica?)

VI

Dizem que a letra me edifica?
Duvido: é sombra, e sombra faz.
Nesta miragem que me traz,
só o espírito me vivifica.

VII

A letra mata quando explica?
Ou embaraça a claridade? –
Quando me afasto da verdade,
só o espírito me vivifica.

VIII

Nesta soleira a mente embica:
não avança nem retrocede.
Prostrada, se acanha e só pede
o Espírito que vivifica.

NEGÓCIO

O sonho nunca foi um negócio razoável
para quem nele aguça a inútil pontaria.
Parece bem melhor admitir o provável
do que buscar razões no que não está no dia.

Nada funciona mais na caça do durável
(para reavivar um cadáver que esfria)
do que apertar o laço em torno à coisa estável,
usando do arsenal que vem da economia.

Mas me dirão que assim o sonho se penhora,
que da equação do sol nenhuma luz redunde,
quando o preço em questão é a premência do agora? –

Que sei? – Se tudo vai do modo como vai
quem mais se vale da asa é aquele que mais cai,
quem mais se agarra ao leme é o que mais cedo afunda.

10/11-3-2002

ESTÁTUAS DE SAL
(Escritos contra a guerra)

NOTA INTRODUTÓRIA

Os poemas que aparecem nesta seção foram escritos num estado de espírito peculiar, de espanto e de repúdio frente às catástrofes bélicas do ano de 2003. O laconismo e a obscuridade relativa dos “Poemas tirados de notícias de jornal” derivam, de certo modo, no sarcasmo de “O caso de um menino” ou na ironia simples de “Adivinha”, bem como na ingenuidade cantante de “Gentil pacifista”. São como que canções de inocência e de experiência que os nossos dias nos ensinaram.

POEMAS TIRADOS DE NOTÍCIAS DE JORNAL

*My query is: Why are those who have endangered and changed our lives in such terrifying and unpredictable ways not content with unleashing and controlling enormous forces and with enjoying their consequent fame, power, and wealth? Why must they want to be saints as well? (Ernst Jünger, *The glass bees*)*

I – MATRIARCADO

Antigamente
os pais da nação eram
Thomas Jefferson, Benjamin Franklin,
Abraham Lincoln.
Hoje é
a mãe de todas as bombas.

2 – A NACIONALIDADE

da voz. O que Moisés
não chegou a
perguntar
ao arbusto.

3 – COM DOÇURA

Caminhamos
dentro do rumor
e nada ouvimos
que seja
com
doçura.

Nada ouvimos
que não
sejam
peixes,
anzóis.

Caminhamos
na noite cinza –
e tudo, só,
com
dolência.

4 – INSTANTÂNEO

Enquanto isso,
os tanques de guerra
da democracia
avançam
furiosos
pelos desertos
rumo à
Mesopotâmia.

5 - O DIREITO

humano. Por linhas
tortas.

Deus
não escreve:

nele
confiamos.

6 – EMBARQUE

Duzentas e quarenta
toneladas de
explosivos
(e grandes asas)
irão chover
sobre o ditador.

7 – CLICHÊ

O inferno
sobre o telhado
do outro
é só
um espetáculo.

8 – TELEVISÃO

Não poderia ser somente
coisa dos olhos.

9 – ESCUDO

humano. Um homem
acorrentado a uma árvore
é como um cachorro
acorrentado
ao impossível.

10 – O TEMPO

urge, mas
não tem
nenhuma
importância.

11 – MÁS NOTÍCIAS

todos os dias.
Enquanto uns
outros.

Mulheres e crianças
são alvos fáceis.

12 – O PRESIDENTE

tem certezas.
O presidente
vai
à televisão.

Suas certezas
se convertem
em
destruição.

13 – O NOVO

que vem do mar
que vem do céu
que vem
não traz
não tem
senão a
velha morte.

14 – TEATRO

Tragédias
só acontecem
em casa.

De perto
são como
sóis.

15 – IMPRENSA

*Fed up
with
ambiguities.*

16 – (A DRUMMOND)

Só porque
não pudeste

sozinho

dinamitar
a ilha.

ADIVINHA

*O que é, o que é
cai em pé
corre deitado
(adivinha infantil)*

Dizei, senhores, o que é;
o que é, o que é me dizei.
Quando em condição de estalo,
não o contém crença ou lei.

Sobe no ar feito flecha,
cai sobre o chão inflamado.
Tem o aprumo do obelisco,
mas nunca foi entalhado.

Nenhum ginete o cavalga,
pois não aceita doesto;
lança a semente do inferno
por nada ou qualquer pretexto.

Ignora-se do que é feito,
e quem o fez não se sabe.
Dizei depressa, senhores,
antes que o mundo se acabe.

O CASO DE UM MENINO

Vede bem: esse menino
não foi queimado na guerra.
As queimaduras que exhibe
(de que grau as queimaduras? –
que, aliás, bem mixurucas)
contam mais de sete dias;
e a guerra só tem seis dias:
é guerra nova, portanto,
que ainda mal teve tempo
de queimar esse menino.
Meu Deus, tão pequeno e já
disposto a passar a perna
no presidente e no rei.
Mas no médico não passa
(olho de médico é fino):
tem queimaduras antigas –
já com seus bons sete dias.
(E, aliás, que bem chinfrins.)
Provavelmente seria
filho ou parente daquele
aeronauta maluco
que pôs as torres abaixo.
(Ai, nem me fale das torres!)
Provavelmente o tirano
ateou fogo no menino
e mandou ir ao jornal
a foto falaciosa.
(Olhando de perto, vê-se
que as queimaduras que exhibe –
que, aliás, bem mixurucas –
contam mais de sete dias.)
Provavelmente o tirano
deitou fogo no menino
e depois foi ao jornal
inculcar culpa na guerra.
Mas a guerra tem seis dias,
e esse menino (olhai bem)
foi queimado há mais de seis.

GENTIL PACIFISTA

Gentil pacifista
que saíste à rua
a gritar *slogans*
contra a guerra crua.

Que pronunciaste
entre as hordas más
os difíceis sons
da palavra *paz*.

Que expuseste ao gume
do frio medonho
o calor tão jovem
de teu corpo e sonho.

Que entregaste ao dia
a canção feliz
de uma coisa nova
que teu sonho diz.

Que lançaste ao vento
a auroral semente
de uma idéia clara
que há na tua mente.

Que expuseste ao fogo
da agonia e da ira
teu sorriso amável
que a luz não mentira.

Que opuseste ao vento
da dissolução
a agudeza simples
da palavra *não*.

Gentil pacifista,
suave, humano escudo –
na incerteza da hora
te convoco e saúdo.

COM UM ESTALO DE DEDOS

Com um estalo de dedos,
se pode assombrar o mundo,
se pode aguçar as pontas,
se pode fazer que a fera
surja do poço profundo.

Com um estalo de dedos,
tudo se faz e se alcança:
se põe em fuga o que voa,
se seca a seiva da planta,
se pasma o velho e a criança.

Com um estalo de dedos,
se faz ruir teto e muro:
se faz sangrar o que sonha,
cobrir de cinza o caminho,
fugir o sol no futuro.

Com um estalo de dedos.

PESO BOMBA

2131 quilos é o peso de cada bomba do tipo 'bunker buster' americana. Duas delas foram lançadas contra Bagdá na sexta. (Revista Veja)

Dois mil cento e trinta e um –
é o cálculo que se faz
para não sobrar nenhum.

Dois mil cento e trinta e um –
depois de tal maravilha
ainda buscarás algum?

Dois mil cento e trinta e um –
é o peso de muitos homens;
mas, depois, o de nenhum.

Dois mil cento e trinta e um –
e a paz de um longo silêncio
após o espanto do *bum*.

O JORNALISTA

Depois de ser claro, ser contra,
depois de ter se rebelado,
o jornalista desmentiu-se:
foi como que guilhotinado.

Depois da tímida clareira
que lavrou na televisão,
fez correr sobre o que lavrou
uma cortina de irrisão.

Despediram o jornalista
ao fragor de admoestações:
provando que melhor que tê-las
era não ter opiniões.

O papa também era contra,
como mandou dizer aos ventos:
contra os incêndios de Bagdá,
contra a violência e seus tormentos.

Mas o papa não despediram,
nem ordenaram que o fizessem:
mandaram só que se abstinéssem,
deixasse ser como quisessem.

Se bem que, em circunstâncias tais
(nem porque surdos, nem ateus),
colocavam no olho da rua
não só o papa: o próprio Deus.

OS PRESIDENTES

Tudo é ininteligível. (Samuel Beckett, Molloy)

Os presidentes estão
falando à televisão.

Um diz: Eu vou a Bagdá;
o outro, que já está lá.

Um diz que pôs o chapéu;
o outro, que foi ao céu.

Um diz que tudo o preocupa;
o outro, que não tem culpa.

Um diz que é bom ser assim;
o outro, que está no fim.

Um diz que o dia nasceu;
o outro, que já morreu.

Um diz que a luz está boa;
o outro, que o tempo voa.

Um diz que o rumo está certo;
o outro, que é só deserto.

Um diz que já definiu;
o outro, que nada viu.

Um diz que chove em dezembro;
o outro, que ainda é setembro.

Um diz que come pepinos;
o outro sova os meninos.

Um quer subir a montanha;
o outro pouco se assanha.

Um diz que leu os profetas;
o outro conhece as metas.

Um vai à missa aos domingos;
o outro odeia respingos.

Um come pastéis de queijo;
o outro tem um desejo.

Um corre nu pela praia;
o outro é da mesma laia.

Um gosta de carros novos;
o outro quebrou os ovos.

Um joga dama e xadrez;
o outro diz que já o fez.

Um diz que tem reumatismo;
o outro é todo otimismo.

Um diz que quer namorar;
o outro foi navegar.

Os presidentes estão
falando à televisão.

8/9-4-2003

AJUDA HUMANITÁRIA

Depois de um bom bombardeio,
de enxofre a não poder mais;
depois do fumo e dos tanques,
dos golpes rudes, mortais;

depois do empuxo e da força
e tudo o que a força traz
(com seus arpões e seus gumes
e o ardor que tudo desfaz);

depois das flechas, dos arcos,
dos sabres e dos punhais;
depois da poça de sangue
e das feridas gerais;

depois do monte de escombros,
do que aos escombros subjaz;
depois da imensa bagunça
e outras conseqüências más;

virão o pão e o consolo
e as coisas celestiais:
o vinho torto da aurora
e lenitivos iguais –

mais as promessas do dia,
e a cura que a tarde traz,
e o esquecimento da noite,
e os curativos da paz.

AFORISMOS DA BOMBA

A bomba
antecipa
o pior.

A bomba
fala
mais alto.

A bomba
joga
seus trunfos.

(A bomba
tem cartas
na manga.)

A bomba
não faz
acordos.

A bomba
é sem
partido.

É insone
a bomba
e aguda.

A bomba
não se deixa
levar:

e só
aparece
no fim.

Um homem-bomba
não tem
amigos.

(Há vários tipos
de homens-
bombas.)

HUMOR NEGRO

Para lá de Bagdá
está
a Síria.

15-4-2003

CHORANDO COM O OLHO ESQUERDO

Esses mesmos "pacifistas" que choram unicamente com o olho esquerdo... (De um texto anônimo, recebido por correio eletrônico)

Chorando com o olho esquerdo
(que o direito já secou),
ignoro o que estou dizendo
e me esqueci de quem sou.

Caminho pela cidade,
em busca de quem reparte:
e encontro só conseqüências,
miséria por toda parte.

De um lado o silêncio surdo
de quem não ousa nem quer;
do outro lado o grito aceso
de quem tem crença e poder.

De um lado, as balas e os sabres,
o fogo, a angústia, a irrisão;
e do outro: a impotência seca
que se enovela em seu *não*.

Caminho pela cidade
buscando o que não sei mais:
e encontro só conseqüências,
pedras, espadas, punhais.

9-4-2003

SARABANDA DO DITADOR

Um ditador não tem amigos?
Fica escondido no celeiro?
Fica escondido no banheiro?
Receia todos os perigos?

Um ditador não colhe figos?
Não aparece ao ser chamado?
Já nem apara o seu gramado?
Correu o trinco dos postigos?

Um ditador não tem amigos?
Não faz discursos na tribuna?
Deixou no vento uma lacuna?
Foi avistado entre os mendigos?

O ESPANTALHO DO PRESIDENTE

O presidente
não vai
pessoalmente.

Ele manda
o espantalho
que anda.

O espantalho quer
o que o presidente
disser.

Ele traz
as mil promessas
de paz.

Ele diz
que tudo está
por um triz.

O espantalho do presidente
espanta corvos
no Oriente.

14-5-2003

AS VIRTUDES DE UM PRESIDENTE

Sólo tienen la confianza de poco más que la cuarta parte de la población y creo que eso refleja la preocupación por la temeridad, la violencia y las amenazas que se desprenden de las acciones y los planes de la actual administración. (Noam Chomsky)

Censuram-nos, considerando-o uma leviandade ou uma ingenuidade, por nos preocuparmos atualmente mais com a guerra dos outros do que com a nossa própria guerra *doméstica*. Dizem-nos, como se houvesse uma diferença essencial entre ambas e como se pudéssemos tornar-nos menos hipócritas por nos voltarmos primeiro para nossos males privados e depois para os alheios, que o mal que avistamos lá fora só nos aparece como tal – isto é, dotado de um esplendor fascinante e terrível – porque nos tornamos cegos para o mal que nos cerca imediatamente. Seja lá que resposta tenhamos para lhes dar, num ponto no entanto não podemos deixar de conceder-lhes razão: é que, censurando-nos, censuram em nós não tanto o fato de que *não* sejamos sensíveis ao mal, mas de que de repente nos tenhamos tornado demasiadamente conscientes dele, como se até ontem não tivéssemos tido estômago para sequer o ouvirmos mencionar. Nesse aspecto, a guerra exterior, se tem alguma virtude, é a virtude de nos fornecer o *contraponto*, fazendo com que, subitamente interiorizados, tomemos consciência de nosso progresso atordoamento.

Não terminaria nisso, evidentemente, a lista de suas qualidades. Assustadoras demais para que não nos imprimam – mesmo quando nos queiramos o menos possível suscetíveis do que poderia nos aparecer como uma simples “sentimentalidade” – um travo de inquietação ao espírito (e não seria errôneo falar do clima de geral *melancolia* que há uma semana tomou conta dos espíritos), as imagens que vemos na televisão e as notícias que lemos nos jornais parecem nos arrebatam para fora de nós mesmos, ameaçando pôr a perder nossas convicções. Se nos voltamos para “dentro”, se nos entregamos a um exercício de introspecção, descobrimos com espanto que alguma coisa mudou – e que o que mudou foi o fato de que nossas esperanças se tornaram *caducas*. A justificativa para que nos preocupemos com a guerra exterior poderia vir daí: de que ela nos ensina alguma coisa, de que nos instrui sobre uma verdade em que até ontem nos recusávamos a pensar. Eclodindo ao longe, estrondando e uivando entre explosões de fogos e rajadas de metralhadoras – cujos ecos no entanto só nos chegam repercutidos (embora com grande insistência) pelos meios de comunicação a que temos acesso –, ela vem para patentear e tornar claro um estado de coisas. Assim, o argumento de que há mais justiça em olharmos para a guerra interior do que para os eventos de fora revela depressa o que tem de autocomplacente. A guerra “interna” – violência urbana, miséria, corrupções, crimes e ameaças de toda ordem – que somos convocados a enxergar, serviria, sem perder o seu caráter abjeto, também como um primeiro sedativo, desde que – julgando-nos mais honestos porque olhamos para o mal *imediato* – poderíamos encontrar nela uma desculpa para não enxergarmos o que a outra veio nos revelar.

Entre as virtudes do presidente George W. Bush (e de pessoas como Tony Blair e outros que se encarniçam em seu rastro), deveria ser mencionada, portanto, a de uma dúbia honestidade. Incapaz de esperar para pôr às claras a essência de sua valentia, sua prontidão para o ultimato, sua “coragem” – ou, em

sua língua, *the nerve* – em declarar a guerra vem comprovar que domina os dois atributos principais do homem político ideal: uma ausência sutil de escrúpulos, acompanhada de uma equivalente subserviência aos interesses dos ricos, e uma ambição feroz, que pode conduzir o indivíduo não só a uma posição de prestígio “absoluto” (afinal, é o presidente do país mais rico do mundo), mas principalmente a uma posição de evidência. E evidência pelo que essa evidência pode ter de pior, como todos o estão vendo. Torna-se, pois, verdade o que se tem dito desse presidente: que ele veio prestar, neste início de milênio, a todos os homens o favor de mostrar a eles o que é de fato este início de milênio ou o que pode vir a ser; ou seja, o favor de destruir suas ilusões. Situado pela fatalidade numa posição que lhe dá o dom não só de se tornar uma preocupação, mas sobretudo um perigo *real* para todos os homens, o presidente norte-americano – com sua patética imagem de patriarca preocupado com a segurança e o bem-estar do *seu* povo – presta aos homens o favor de os desencantar. (É o que deveriam fazer todos os pais de família ou os líderes políticos realmente preocupados com os seus: destruir neles os últimos vestígios da fantasia, que se alimenta de uma esperança injustificada e que a realidade – que uns chamam a *dura* realidade da vida – jamais iria confirmar.) A imagem de pai preocupado que Bush exhibe em seus pronunciamentos é a imagem de quem quer nos fazer aceitar uma evidência. Suas piores qualidades (como, por exemplo, a de não considerar por um momento sequer a moralidade de seu ato, desde que está subsumido que tal moralidade não pode ser posta em questão), se convertem numa única virtude, a qual todos nós, e os nossos descendentes (que futuramente pagarão pelo que estamos “realizando” hoje no mundo), somos chamados a testemunhar e que um dia deveríamos lhe agradecer.

A idéia de que precisamos olhar mais para os *nossos* próprios problemas, se tomada ao pé da letra, resultaria, atualmente, numa perigosa ingenuidade. Os fatos internacionais o estão expondo com abundância. Ali onde até ontem poderíamos ter vivido em paz, imaginando que uma ação política qualquer – aquela que é prometida em todas as campanhas para eleger candidatos aos cargos públicos – poderia resolver os problemas, a atitude de apatia se revelou suicida. E no momento em que um homem público – o representante da assim dita nação mais importante do mundo (o que talvez tenha servido de pretexto para o ultimato e, finalmente, para a declaração da guerra) – foi à televisão sugerir que todo mundo estava errado em zelar pela paz e que os interesses de um país eram importantes ou relevantes o suficiente para que todos se engajassem em sua causa nos deu uma imagem por assim dizer mais *justa* das coisas. E isso temos que creditar a Bush – mesmo que, daqui a alguns anos, só o venhamos a lembrar como o presidente que declarou, no início do século XXI, uma guerra das mais infames, se não a mais infame de que se tem notícia nos últimos anos.

Dizer que tenha desacreditado – ou contribuído para desacreditar – a figura dos homens políticos é apenas um truísmo, senão uma impropriedade, pois eles nunca foram acreditados. Neste ponto, mais certo seria pensar que fez um esforço para bloquear em nós as esperanças de um dia poder acreditá-los. Mas essas esperanças, também, nunca foram muito firmes em nós.

CARTA AO REI DOS ESTADOS UNIDOS*

Senhor Rei dos Estados Unidos:
se o senhor não sabe o que fazer com toda essa pólvora
e com todas essas ogivas
e com todos esses punhais,
não venha jogá-los sobre os telhados de vidro.

Não aponte para nós as suas flechas.

Se o senhor não sabe o que fazer com todos esses mísseis
e com todos esses canhões
e com toda essa parafernália,
bem, nós também não sabemos,
mas não venha jogá-los sobre os nossos telhados.

Nós não queremos morrer
e muito menos queremos arder
nas chamas desse inferno,
que é um bom pedaço de inferno
o que esses aviões modernos transportam.

Se o senhor não sabe o que fazer com todas essas navalhas
e com toda essa pólvora
e todos esses punhais,
não venha apontar para nós os seus revólveres.

Isso mata, senhor Rei,
e queima,
e nós não queremos morrer.

7-10-2001

* Escrito por ocasião dos últimos bombardeios ao Afeganistão.

ESTÁTUAS DE SAL

Diz a narrativa bíblica que, quando Deus anunciou a destruição de Sodoma e Gomorra, o anjo instruiu Ló para que fugisse de Sodoma às carreiras e não olhasse para trás. A mulher de Ló desobedeceu à instrução e foi transformada numa estátua de sal. O que seja exatamente uma estátua de sal não saberemos dizer. No entanto não podemos deixar de estar solidários com essa mulher, principalmente se pensarmos no quanto o espetáculo de uma cidade destruída pelo fogo do céu haveria de ser impressionante. Como não voltar a cabeça, mesmo para uma espiadela das mais breves, ignorando todo o perigo de sermos convertidos em estátuas de sal? Ora, alguém poderia dizer que a mulher de Ló foi punida não tanto por causa do que viu, mas pela desobediência à ordem divina, que a fez incidir num ato de frivolidade em meio às aflições de uma situação crucial. Pela curiosidade – e não pelo olho – é que, supomos, se teria perdido a mulher.

Situação semelhante vivemos há alguns dias, quando, confrontados com as impressionantes imagens de destruição bélica com que a televisão e os jornais nos locupletaram durante mais de duas semanas, éramos instintivamente convocados a nos indignar ou a tomar algum partido. O partido, evidentemente, não teve a menor influência no curso dos acontecimentos – conforme o constatamos à saciedade naqueles dias –, até porque parecia não haver força no céu ou na terra em condições de impedir o governo estadunidense de levar adiante os seus desígnios belicistas. Ao mesmo tempo em que assistíamos às explosões e aos incêndios, nos eram oferecidas as imagens dos protestos, das passeatas e mesmo das manifestações individuais de perplexidade ou de repúdio diante daquela impressionante, aparentemente inédita cadeia de eventos. E seria de fato inédita? Provavelmente não. Entretanto experimentamos – é a palavra – naqueles dias alguma coisa de inusitada, no mínimo reveladora, cujas conseqüências ainda será preciso adivinhar para os próximos anos. Ao mesmo tempo, soubemos o quanto as palavras e os atos de protesto podem ser inócuos frente à determinação de quem dispõe realmente dos *meios*, isto é, de quem dispõe da força e das armas, e o quanto são lentas as atitudes pacificadoras, que parecem caminhar em passos de tartaruga enquanto a vontade de aniquilar saltita ágil e galopa em ritmo eqüino – indo para onde nem o Deus dos antigos, com todo o seu interesse pelas guerras, seria capaz de esclarecer.

Mas não bastasse a frustração e o sentimento de indignação impotente que experimentamos – sobre o qual é preciso meditar mais um pouco –, outra seqüela nos ficou, que podemos vislumbrar aqui e ali em certas palavras ouvidas diariamente, seja na imprensa, pronunciadas por jornalistas sisudos, seja em nosso círculo de relações, onde encontramos muita gente convencida de que gritar em praça pública é atualmente tão perigoso quanto as próprias bombas contra as quais se grita. Não se trata de uma reação legítima do cidadão diante de um estado de coisas que tende, a cada dia, a convertê-lo numa espécie de refém diário de violências contra as quais ele parece ser o menos preparado para se defender? As estatísticas podem ser falaciosas e desumanas, como já o afirmava Gabriel Marcel há cinqüenta anos. Entretanto, como ficar indiferentes perante a idéia de que, desde a mais remota das guerras do século XX (que

foram as que mais assassinaram pessoas em toda a história), a cada ano que passa as guerras tendem a matar mais civis, quer dizer: têm se voltado cada vez mais para os alvos civis – não sendo o terrorismo senão uma das manifestações eloqüentes desse pensamento sombrio?

As imagens que vimos na imprensa nos impressionaram não só porque fossem imagens de destruição *militar* – conforme se insistiu em afirmar, como se destruir prédios de ministérios ou saquear museus fosse um dos objetivos precípuos das ações bélicas levadas no Iraque –, mas porque se tratava de atingir alvos que se poderia chamar de civis. Não faremos referências às cenas dos hospitais lotados ou dos camponeses armados e preparando-se para a batalha, pois se poderia aduzir que tenham sido divulgadas com intenções sub-reptícias por uma imprensa que, ao fazê-lo, tentou se opor a essas ações militares. Acusou-se essa imprensa de estar conivente com a ditadura que se quis derrubar no Iraque. Mas se tratou apenas de estar conivente? Talvez as imagens que se divulgaram sem as tais intenções “segundas” nos pareçam agora inequívocas o bastante em tal pormenor, confirmando que também nessa guerra o alvo civil esteve na mira, embora se ocultasse a idéia sob o argumento de que os alvos civis estivessem diretamente relacionados com o alvo militar – ou seja, o governo sanguinolento de Saddam Hussein.

A semelhança de tudo isso com a situação de Ló e de sua mulher se mostra no seguinte. Diz-se, oficialmente, que a guerra terminou. E terminou numa espécie de anti-clímax generalizado, já que toda a reação que se esperava e o derramamento de sangue que se temia não ocorreram. Além do mais, nada se revelou mais frustrante, para aqueles que esperavam emoções fortes, do que o desaparecimento do ditador, que fez a gentileza de se evaporar na brisa sem deixar rastros nem bilhetes de despedida, como se esse desaparecimento fizesse parte de uma encenação que, uma vez posta em andamento, seria preciso seguir até o último detalhe. E seria tudo em relação às bravatas do chefe de estado e de seus colaboradores? Talvez o fosse, não tivéssemos de nos haver ainda com o pensamento de que a justificativa que se alardeou para a declaração da guerra – a idéia de que existiria no Iraque um perigoso arsenal das assim chamadas armas de “destruição em massa” (o qual, por uma eventualidade, nunca foi encontrado) – não se provou verdadeira, perdendo-se no vento como se perdeu o rastro do tirano. Mas e daí, se não se tratou senão de uma conveniência a mais ou do que se poderia entender como sendo uma conveniência? Uma vez deposto Hussein, qualquer razão que se tenha alegado para depô-lo se mostraria legítima. Ou pode ser que não se mostrasse, mas, uma vez derramado o leite... ou arrancados os dedos...

As imagens com que somos confrontados agora são de um teor diferente. Já não se trata mais de apresentar o espetáculo da guerra, mas de dar a ver os resultados de escavações que vão se sucedendo com impressionante liberalidade e que mostram aspectos do governo de Hussein que muitos talvez conhecessem mas de que poucos ousavam falar. Foram descobertos por acaso? Não estavam lá anteriormente, para serem denunciados pelos mesmos veículos de informação que agora se apressam em trazê-los à tona? Em boa hora o fazem, mas as imagens de torturas, de execuções sumárias, e as escavações de ossos em cemitérios clandestinos não deixam de contribuir para a composição de um terrível painel com que até ontem não ousaríamos sonhar. Que atitude tomaremos diante delas ou que sentimentos deveremos manifestar, senão o de

uma indignação tortuosa? O fato mesmo de que surjam de repente nos põe no rastro de uma suspeita, que pode ser expressa com as palavras de um jornalista de televisão que, recentemente, depois de terem sido apresentadas certas imagens desse terror, comentou: “E ainda há pessoas que se manifestam contra a intervenção estrangeira no Iraque”.

É cômodo julgar à distância, mas, a darmos ouvidos ao jornalista, podemos pensar que, como aconteceu a Ló e à sua esposa, o melhor é sempre não olhar para trás, por mais que nos tente o desejo de ter um vislumbre do incêndio. Por outros termos, avançando às cegas para a frente, empurrados de um lado por justificativas de consciência que nunca se fundam totalmente em realidades e, do outro, pelo pesadelo que evoca em nós a perspectiva de uma violência futura que pode vir a explodir com mais horror do que até então se teve notícia, devemos correr sem parar, sob pena de nos convertermos em estátuas. As imagens da guerra e da destruição, substituídas pelas imagens de uma outra guerra (seja ela qual for), nos dizem que se trata sempre de uma mesma capacidade de produzir o caos, de administrá-lo e de libertá-lo no mundo, a pretexto de causas que nunca são enunciadas abertamente, como se viu nos últimos meses. E as palavras do jornalista – um simples indício, evidentemente, de um mais amplo estado de coisas – nos informam que, se olharmos para trás, nada de bom nos acontecerá, podendo ser que já estejamos a correr há mais tempo do que pretendemos acreditar.

Julgando os fatos com o mínimo de isenção permitido por umas poucas semanas de distanciamento, é possível dizer que a idéia de que uma violência justifica outra seja tão perniciosa quanto a simples ausência de justificativa. A tendência atual em se pensar que existem os bons a salvaguardar a segurança coletiva e que, do lado oposto, estão os maus à espera de punição oculta ou obnubila nossa capacidade de avaliarmos a questão em seu significado mais assustador. E nos leva a pensar que, sejam quais forem os argumentos, o fato de que continuemos a correr não implica maior segurança, pois pode ser que ainda sejamos convertidos em estátuas, a despeito de nossas boas intenções. É a diferença que nos separa da mulher de Ló, cuja punição foi mais rigorosa do que gostaríamos de supor.